



Ficha Técnica

Título: “Jovens, Democracia e Desenvolvimento Sustentável”

Editado no âmbito do Projeto New World Formula, suportado pelo Programa Juventude em Ação da União Europeia.

Obra Coordenada por: Abraão Costa

Autores: Abraão Costa, Stephanie Paiva, Fernando Ilídio Ferreira, Nuno Simões, Patrícia Ribeiro, Elisabete Faria e Bruna Araújo

Correcção e Revisão Gráfica: Abraão Costa e Daniela Machado

Propriedade de:

Plataforma de Animadores Socioeducativos e Culturais

Rua Barão de Joane, 129, 2ºB, Edifício Sinções

4760-019 Vila Nova de Famalicão

Telefone – 00351 917 380 178

Site na internet – www.pasec.pt

Email – pasec.geral@gmail.com

Depósito Legal n.º

Novembro de 2013

Índice

| | |
|--|-----|
| New World Formula – Um novo caminho | 8 |
| Os jovens, democracia e o desenvolvimento sustentável - Uma visão conceptual e crítica | 29 |
| Participação Juvenil nas Organizações | 37 |
| Formação ao Longo da Vida – O desafio de todos... .. | 43 |
| A Educação Formal e Não Formal | 49 |
| Exemplo de uma escola em Israel | 53 |
| O Protagonismo Juvenil no Ensino Superior | 55 |
| O projeto New World Formula na Ilha do Fogo em Cabo Verde | 63 |
| O New World Formula em Itália | 73 |
| O New World Formula na Suíça | 77 |
| New World Formula no Perú – Uma viagem no tempo presente... .. | 83 |
| Projeto NWF em Macau | 95 |
| Seminário New World Formula – Propostas de um Governo Sombra | 103 |
| Conclusões Seminário New Word Formula | 106 |
| A democracia e o desenvolvimento como processos participativos humanizados | 117 |
| Bibliografia | 125 |

New World Formula – Um novo caminho...

New World Formula – Uma experiência de Animação Sociocultural local e global

A Animação Sociocultural é multidimensional. Acontece onde existam pessoas que tenham capacidade para coexistir e estabelecer pontes comuns que lhes permitam dar corpo ao que anseiam e sonham individual e comunitariamente.

As dinâmicas de Animação Sociocultural não assentam em nenhum projeto de transformação social, elas apenas usam o projeto para dar corpo a um processo feito de pessoas com histórias de vida totalmente diferentes mas totalmente ligadas na poesia de existirem comunitariamente.



Este processo não existe no ontem, hoje ou amanhã. Ele é a variável constante do sempre que é de todos e que a todos influencia e de que todos fazemos parte. Foi neste epicentro cultural que nasceu o projeto New World Formula. Um conjunto de processos localmente relevantes que se associaram para globalmente, como alguém disse, abrirem novas janelas ao mundo.

Numa parceria que incluiu Portugal, Cabo Verde, China, Itália, Suíça e Perú surgiu o New World Formula (NWF). Colocando a Democracia Participativa como fator de desenvolvimento no centro do processo metodológico e reflexivo, o NWF deu forma ao “Development Challenge”, e assim à Rede de Parceiros “Development Challenge” através da criação dos espaços “Development Action Labs” presentes em cada um dos países parceiros.

Tivemos como objetivos centrais: permitir aos jovens experimentar e cimentar as práticas de Democracia Participativa como fator de desenvolvimento a partir das práticas de educação não formal; refletir as temáticas da participação democrática dos jovens nas Escolas (papel das associações de estudantes, entre outros), o Combate à pobreza e exclusão social e o desenvolvimento sustentável com base no “Development Challenge”; fomentar a Educação para a Cidadania nos meios juvenis desfavorecidos (bairros sociais e zonas rurais desfavorecidas onde o projeto atuou) através dos espaços Development Action Labs; divulgar e refletir o movimento associativo juvenil enquanto prática privilegiada de Democracia Participativa e promoção de novas práticas e inclusão e desenvolvimento sustentável.

Um plano de ação centrado num desafio pelo desenvolvimento integrado

Tendo os objetivos supracitados como premissa, o NWF pôs em marcha um plano de ação que permitiu dar vida ao “Development Challenge” pondo a concurso planos de ação e intervenção local em três categorias diferentes: a) Participação Democrática dos jovens nas Escolas; b) Combate à Pobreza e Exclusão Social; c) Desenvolvimento Sustentável.

Os planos de ação tiveram a duração mínima de 6 meses e a máxima de 10 meses, tendo uma base e público local bem definido, preferencialmente jovens em situação de risco.

Integraram o “Development Challenge” todos os planos de intervenção local gerados a partir dos espaços “Development Action Labs” (DAL), que foram criados pelo projeto, por Núcleos Escolares ou outras organizações juvenis que se associaram ao NWF. O júri foi composto por jovens de cada um dos DAL existentes, por

representantes da Equipa Técnica do Projeto, técnicos com experiência em grupos juvenis e por representantes da classe política (decisores políticos).



Os espaços DAL criados pelo projeto atingiram uma população juvenil inicial superior a 400 jovens em 6 países. Foram espaços geridos por grupos juvenis de intervenção local que de uma forma integrada e coordenada intervieram nas suas comunidades no contexto político e social. Estes espaços tiveram como base uma metodologia assente nos pressupostos da Democracia Representativa: com um sistema de eleições próprio e com a criação e votação de um plano de ação local.

Assim cada DAL criou:

- Uma Equipa de Sensibilização e Divulgação local que dinamizou sessões de sensibilização e divulgação do "Development Challenge", tentando integrar novos grupos; um diário de bordo com os registos do percurso efetuado pelo grupo ao longo do processo, nomeadamente das experiências relativas aos planos de intervenção local;
- Sessões online com outros grupos DAL espalhados pelo mundo para partilhar as experiências efetuadas;

- Criaram também ao nível local as Agências Locais DAL, que numa perspetiva de animação comunitária recorrendo à simulação de “uma espécie de organização das Nações Unidas local”, foram um órgão local do DAL que integrou instituições locais, outros grupos informais da localidade, incentivando e promovendo uma cultura de criação de parcerias e estabelecendo também a comunicação entre as autoridades locais e os DAL.

Os vários DAL nos 6 países do projeto estiveram ligados através da Equipa Formula Juvenil Internacional (FJ), uma espécie de Governo Sombra da Rede DAL, com jovens dos 6 países eleitos a partir de Equipas Fórmula Juvenil Nacionais.

Para dar corpo a esta estratégia colocamos em marcha um plano de ação assente em 5 eixos de atuação:

- Demos dimensão ao BOBID - Banco de Oportunidades e Boas Ideias para o Desenvolvimento - foi uma espécie de centro de recursos sustentado por um Plano de Formação que serviu de suporte à formação de novos líderes juvenis para os DAL e formar Animadores e Educadores. Teve como ponto de partida todas as boas experiências já desenvolvidas pelas organizações envolvidas, bibliografia selecionada, materiais pedagógicos adaptados. Teve um carácter itinerante com suporte online e um plano de ação próprio com encontros de formação e sensibilização

- Plano de Cooperação Internacional que contou: com a constituição da Equipa FJ Internacional; com 5 encontros de trabalho internacionais para estruturação e implementação do projeto em cada um dos países a partir da coordenação da equipa técnica; a organização do Seminário “Governo-Sombra” (em Portugal), iniciativa com base na simulação de um governo-sombra, que culminou com a apresentação de moções com medidas concretas para impulsionar a participação juvenil no desenvolvimento das comunidades dos países parceiros envolvidos; a organização do Seminário “Development Challenge” que culminou o concurso internacional e incluiu um certame com a apresentação dos principais planos de ação, apresentação dos vencedores, concurso de curtas-metragens sobre os vários DAL, visitas e interação com as populações dos locais dos melhores planos de ação, entre outros (evento realizado em simultâneo nos 6 países); com reuniões de trabalho entre os parceiros.

- Concurso “Development Challenge” com base na criação dos Espaços “Development Action Labs”. Iniciamos o processo com base na criação de 10 DAL já citados e projetados entre todos os parceiros e alargamos o processo a Escolas e grupos informais com dinâmicas instaladas. Este processo teve 3 fases: 1ª Sensibilização e Divulgação do Development Challenge; 2ª Apresentação e operacionalização dos planos de ação; 3ª Avaliação e disseminação dos resultados dos Planos de ação do Development Challenge.

O já referido Seminário “Development Challenge” fechou esta iniciativa.

- Fóruns “Jovens na Sombra da Democracia Participativa”, onde os jovens discutiram com membros das classes políticas as reais plataformas de participação juvenil na sociedade, nomeadamente: as iniciativas desenvolvidas pelo poder central e que utilizam os jovens em vez de apelar à sua verdadeira participação; o envolvimento dos jovens nas associações de estudantes do Secundário e Ensino Superior e na vida escolar no global; o sentido das políticas de juventude atuais e a participação dos jovens e suas organizações na concretização das mesmas.

Estes fóruns foram complementados com uma Campanha de Sensibilização (paralela a todas as outras ações) com o lema “Jovens, Democracia e Desenvolvimento Sustentável”, desenvolvida junto de Escolas, grupos informais e Associações Juvenis.

- Criação da Rede de Parceiros “Development Challenge” com Plataforma Web e produção de material pedagógico. Neste âmbito, junto de cada DAL foi criada uma Oficina de Reportagem Multimédia que teve como tema de fundo: “ O Associativismo Juvenil como a forma maior de Democracia Participativa entre os jovens”. Foram realizadas reportagens sobre várias associações juvenis modelo, que deram origem a um DVD final “Jovens, Democracia e Desenvolvimento Sustentável”, também incluído na campanha já referida no ponto anterior.

Criamos 10 Espaços DAL, que continuam a sua ação pós projeto. Chegamos a mais de 1700 jovens (a partir dos 13 anos) e como forma de divulgar, ampliar e disseminar a mensagem do projeto, este foi complementado com site na Internet através da plataforma web da PASEC e da obra pedagógica “Jovens, Democracia e Desenvolvimento Sustentável”.

Mas o projeto foi feito, sobretudo, de um processo de experiências locais, algumas com um percurso que apenas nasceu depois do NWF, outras que viram o seu percurso reforçado e recentrado com o apoio, dinâmica e sinergias geradas pelo NWF. E foi nelas que viveram as verdadeiras experiências de Animação Sociocultural centradas numa perspetiva de desenvolvimento integrado, onde todos os atores locais eram protagonistas deste processo de transformação intercultural que, mais do que tudo, fez uso das suas histórias de vida como fonte de saber e poder.

Uma dessas experiências foi do Grupo Cavaleiros, estrutura grupal juvenil que acompanho há mais de 15 anos, que pela sua história e envolvimento neste processo ajudou a dar forma a muitos dos grupos que nasceram através dos Development Action Labs.

Sempre que ajudamos um novo grupo a nascer a primeira aprendizagem que tentávamos partilhar era “que ao fim de tanto tempo continuávamos a começar todos os dias”. É o depoimento sobre este caminho que agora partilho com vocês que verdadeiramente traduz o novo caminho preconizado pelo NWF.

Perceber que ao fim de tanto tempo começamos todos os dias...

O tempo passa como um furacão e nem nos apercebemos que com o tempo fomos ultrapassados pelo próprio tempo sem que o nosso próprio tempo desse por isso. E é nesta confusão de processos que acertamos, erramos, redescobrimos, filtramos e alcançamos caminhos. E reforço a ideia de caminhos porque os lugares onde paramos são meros pontos de passagem numa constante cavalgada que só termina no dia em que paramos de nos penitenciar pelos erros que cometemos.

E é um pouco sobre esses erros e acertos que todos cometemos ao longo do caminho que gostaria de reforçar na reflexão de hoje.

Fez no dia 7 de Março de 2011 dez anos que nasceu o Grupo Cavaleiros numa espécie de segunda versão. Quando digo segunda versão refiro-me ao facto de que na origem da PASEC esteve o grupo informal Cavaleiros que conheceu o seu início por volta de 1994, embora as iniciativas mais significativas tenham começado em 1996. E

foi devido à ação do primeiro Grupo Cavaleiros que nasce em 2001 este novo grupo, na altura com o nome Mini-Cavaleiros Campeões.



Mas o tempo passa e em meados de 2005 o grupo Cavaleiros conhece o seu epílogo. Os Mini-Cavaleiros continuam, tendo alterado o nome para Cavaleiros em 2007. Substância histórica à parte, entre 2001 e 2011 tudo mudou, embora muitos dos pilares permaneçam os mesmos, um deles o processo de educação não formal, próprio das dinâmicas de Animação Sociocultural, que esteve na origem do grupo.

O grupo tem hoje dez elementos, mas foram largas as dezenas que em determinada fase do seu ciclo vital o compuseram. A juntar a estas dezenas de crianças e adolescentes foram também alguns os Animadores que o grupo conheceu, pelas minhas contas, cinco: primeiro o Bernardo e a Mayra, seguiu-se o Luís, mais recentemente a Patrícia e hoje a Bruna.

Pelo meio deste caminho cheio de desvios, devaneios, momentos ocultos, cerimónias irreais e experiências avassaladoras foram muitos os erros de casting, as “metidas de pata na poça” e os enganos que nos magoaram, deram forma e nos trouxeram até

ao que somos hoje. E vou começar por abordar esses mesmos erros na pele de pedagogo e animador.

O papel de Animador pode ser ingrato porque a influência e papel que desempenha na vida de cada um dos elementos do grupo está sempre na fronteira entre o que é certo e errado, na linha que pode separar um processo de manipulação de um processo de emancipação e capacitação. Estive já certamente nas duas situações. Mas o que torna legítima este nosso papel que pode tombar para qualquer um destes lados?

Não é fácil responder porque não podemos avaliar o nosso desempenho apenas com base nos resultados que alcançamos, estes são sempre variáveis e dependem dos olhos de “quem os vê”. Penso que a resposta mais simples é termos a consciência de que tudo o que fizemos, independentemente dos resultados, foi com a intenção de deixar o mundo “um pouco melhor do que o encontramos”, aceitando os nossos momentos de “soberba” como fogachos que servem de lição e as fortalezas humanas que ajudamos a erguer como um privilégio que nos permitirá cumprir mais uma etapa do papel que escolhemos desempenhar.

Não vale a pena nos assumirmos como plenos de boas intenções porque mesmo que em boa parte da nossa ação tenha por base os nossos bons intentos já todos erramos e assumimos posições “absurdas” conscientemente pelas mais variadas razões. Eu não sou diferente. E é na consciência destes factos que podemos diagnosticar a qualidade do trabalho que realizamos. É no conhecimento das causas e consequências do mau trabalho que fizemos que melhor poderemos avaliar os bons trabalhos que estamos a fazer e mais importante, que queremos e perspectivamos fazer.

Com o tempo este estado de consciência assume o formato de “alarme introspetivo” que nos mantém alerta sobre nós próprios, não permitindo que o absurdo vença em formatos ainda mais absurdos. Como todos os sistemas de alarme, este é igualmente falível, mas reajustável e flexível na igual medida da nossa experiência. Consoante as etapas que percorremos, este mecanismo tornasse cada vez mais complexo, completo e capaz de nos auxiliar num maior e mais vasto conjunto de situações.

Assim, tendo por base os pressupostos anteriormente referidos, tenho orgulho nos caminhos que ajudei a traçar, nomeadamente no Grupo Cavaleiros atual. Mas este “quase sucesso”, eternamente inacabado, só se proporcionou porque tive a

oportunidade de experimentar, de testar em Laboratório as fórmulas que considerava mais ajustadas, combinando-as com a partilha de experiências com “Mestres de Caminhada” que me formaram e permitiram perceber e interpretar outros saberes e fórmulas de que hoje faço uso. A consciência destes dois suportes (de que precisamos de ter a oportunidade de experimentar e a humildade para aprender) auxilia-nos a perceber quando precisamos de auxílio, informação ou mudar de caminho. Em alguma fase do nosso percurso estivemos, fizemos parte ou fomos interpelados pelo caminho de outrem.

Compete-me agora abordar a antítese do erro, o “darma” (prémio) de mais de quinze anos a acompanhar o Grupo Cavaleiros, as lições, o “legado”, a pedagogia implementada. Não é tão usual assim um grupo informal de jovens subsistir e se erguer no tempo acompanhando as diferentes fases da vida dos seus elementos.

Para começar é preciso ter alguma sorte, depois muito entusiasmo e por fim o compromisso de que queremos aquele caminho. Depois de conjugarmos todos estes fatores é essencial percebermos e termos a noção de processo e que este se constrói com base nas relações humanas porque antes de tudo estamos a trabalhar com um grupo de pessoas que procuram a sua satisfação e realização pessoal.

Conscientes de estarmos perante um processo grupal, este deve ter como ponto de partida as histórias de vida dos elementos do grupo, as suas experiências, as suas capacidades naturais. Um plano de ação inicial com base nestes pressupostos permitir-nos-á perceber o é que o grupo como um todo, os seus constrangimentos, para onde pode caminhar e onde deve e pode ser reorientado. Depois, é deixar o grupo crescer, errar, voltar a errar, tentar e por fim, se houver tempo, acertar.

Com o tempo a relação de aprendizagem vai mudando, sendo que o que sentimos que estamos a dar e “ensinar” assume uma natureza recíproca. O Animador deve assumir uma postura de abertura e disponibilidade para aprender com o grupo que está a orientar, mesmo que não o demonstre. As lições mais valiosas para gerir um grupo estão nas entrelinhas de uma conversa, no detalhe de uma ação que nos passou ao lado, no resultado que não previmos. O grupo nunca é sobre nós, é sempre sobre “eles” e de que modo “eles” e “nós” somos ao mesmo tempo.

Durante este processo de descoberta mútua o Animador deve estar preparado para as encruzilhadas do caminho, sobretudo aquelas com que nunca lidamos. Exemplos,

imaginem que descobrem que um dos elementos do grupo se emergiu no universo das Drogas, que um deles foi preso ou ainda que um deles é vítima de violência doméstica. O que fazer numa destas situações para as quais nunca fomos preparados? A resposta pode ser impossível, mas a nossa presença é inevitável. Por outras palavras, independentemente dos apoios e suportes que procurarmos para lidarmos com a situação no concreto, a nossa presença na relação direta com o problema é a oportunidade que temos para aprender, mais uma possibilidade que temos para fortalecer os laços em quem confiou em nós e sobretudo, para testarmos a nossa resiliência, persistência, capacidade para gerir as nossas próprias frustrações e momentos de crise comuns.

Durante este caminho vamos ainda aprender a desaprender, a deixar de parte os preconceitos, a não considerar receitas universais (porque cada caso é um caso e cada problema tem uma resposta diferente) e, sobretudo, a equilibrarmos a forma como abordamos os problemas criando uma matriz própria assente em valores que partilhamos com o grupo. Ao mesmo tempo vamos aprendendo a gerir a nossa Inteligência Emocional sem nunca descorar o processo de formação contínua de melhoria e ampliação do quadro de técnicas pedagógicas que dominamos.

E entre todas as coincidências, acertos e erros, a principal lição que fica é que mesmo ao fim de tanto tempo continuamos a começar todos os dias... fazendo do amanhã o desafio seguinte que nos desperta o entusiasmo e o compromisso com base na fé que nunca é sobre nós... é sobre “eles”... porque afinal sou o que sou, em virtude do que todos fomos, somos e seremos.

O projeto NWF deu novo fôlego a este caminho e a história de alguns deu origem à história de muitos outros. Espero poder escrever daqui a algum tempo sobre o processo, história e emoções do grupo Exploradores, sobre o grupo “À Parte”, sobre o grupo Fortaleza Humana, sobre o Grupo Novos Cavaleiros, sobre o grupo Inti, sobre o grupo Evasão, sobre o grupo Existência Neutra e sobre outros grupos que viram nos jovens que compõem o grupo Cavaleiros os Animadores que deram corpo à sua vontade de se agregarem para mudar o meio onde vivem. Não importa o tamanho da casa que cada grupo conseguiu construir, importa que tenha uma história para contar, seja ela em Cabo Verde, no Perú, na China, Suíça, Portugal ou Itália.

A obra “Jovens, Democracia e Desenvolvimento Sustentável”

Esta obra foi escrita em português porque todos os parceiros envolvidos dominavam a língua e este assumiu-se desde a fase de candidatura como um projeto de Lusofonia. Depois, mais do que contar o relato do que aconteceu, pretendia contar e alimentar reflexões sobre o conceito concertado de Jovens, Democracia e Desenvolvimento Sustentado. Assim, o que aqui encontrarão, mais do que as nossas histórias, são a perspetiva sobre a forma como participamos nas decisões que nos dizem respeito, os contextos em que as tomamos e a forma como as pretendemos continuar a tomar no futuro. Juntamos a tudo isto a opinião de experts, que de uma forma independente e aprofundada, refletiram connosco acerca deste caminho que ainda agora começou...

Os grupos que continuam a história do NWF

Grupo: “À Deriva” e “Existência Neutra”



Grupos “Exploradores” e “Incognitum”



Grupos “Novos Cavaleiros” e “Espaço Zero”



Grupo: "INTI" e "Evasão"



**Grupos do Complexo de Habitação Social das Lameiras de Famalicão e
“Fortaleza Humana”**



Grupo: “Heróis da Paz” e “À Parte”



Grupo: “Capa Negra” e “Sobreviventes”



Grupo “Libertus” e “Cavaleiros”



Grupo “Mini-Mestres” e grupos juvenis da Escola Integral de Animação Sociocultural da PASEC



**Grupo da Associação Famalicense de Proteção e Apoio ao Deficiente e
Grupo do Centro Social Bem-Me-Quer**



Os jovens, democracia e o desenvolvimento sustentável - Uma visão conceptual e crítica



Os jovens, democracia e o desenvolvimento sustentável - Uma visão conceptual e crítica

Patrícia Ribeiro (Animadora do projeto NWF)

Há primeira impressão, este três conceitos não têm nenhuma ligação óbvia. Nenhum parece estar dependente do outro. Os jovens não sustentam a democracia e a democracia, segundo o panorama atual não parece sustentável.

Antes de perceber o quanto estes conceitos estão ligados, à que compreendê-los e desmitificá-los.

A UNICEF define juventude como “melhor entendida como um período de transição da dependência entre a infância para a idade adulta e a percepção da nossa independência como membros da sociedade e membros da comunidade. A juventude é mais uma categoria que um grupo etário definido.”

Costa, (Animação Sociocultural e Protagonismo Juvenil, 2008), restringe a idade do jovem como: “...faixa etária dos 16 aos 30 anos.”

Os jovens são normalmente indivíduos em desenvolvimento com um comum espírito de irreverência e de não conformidade com a geração que lhes procedeu. Um período onde as responsabilidades aumentam e os medos também. O desrespeito a professores ou pais ou qualquer instituição que represente a autoridade é uma forma comum de tentar demonstrar estatuto social ou que não estão sujeitos aos valores e regras impostas pelos mais velhos.

Mas a juventude não encaixa num só espectro. Virgílio Ferreira, em 2006, num estudo feito pela Secretaria de Estado da Juventude desde 1998, em colaboração com Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, no âmbito do Programa de Estudos do Observatório Permanente da Juventude chamado “A condição juvenil portuguesa na viragem do Milénio - Um retrato longitudinal através de fontes estatísticas oficiais: 1990-2005” refere que “por outro lado, a condição juvenil não só se dilatou como se diversificou bastante. Há muitas e cada vez mais, maneiras de se ser jovem...”

A globalização, a multiculturalidade, as diferentes opções de educação e de carreira, faz desta geração a mais heterogênea de sempre. No meio de tanta diversidade, de tantas formas de viver, receios, responsabilidades e rebeldias onde encaixa a democracia?

Quando olhamos para a sua definição, democracia vem do grego (demo+kratos), sendo a tradução literal “poder(kratos) do povo(demo)”. Define, tradicionalmente um regime de governo onde o poder de tomar decisões estão com os cidadãos, quer diretamente ou por meio de representantes eleitos, da forma mais comum na cultura ocidental. Mas não falo apenas do regime em concreto. A democracia é vista como a proteção dos direitos essenciais do ser humano. O direito à liberdade de expressão, a liberdade da crença religiosa, liberdade de associação, educação e da dignidade humana.



A democracia passa para lá de meritocracia. É a plena vivência dos direitos e deveres do cidadão que vai para lá do simples voto nas eleições, a mais comum participação política. A democracia não pode mais ser o descartar de responsabilidades para um representante eleito. Sendo toda a pessoa um cidadão em pleno direito desde que

acima dos 18 anos, onde está a sua participação? É dolorosamente evidente que os jovens não estão envolvidos no processo de participação política. Tome-se a si mesmo como exemplo: entre os seus 16 e 25 participou ativamente no desenvolvimento da democracia e do diálogo? Promoveu a intervenção crítica e construtiva dos seus amigos?

E no caso da minoria que de facto se importa, talvez a pergunta mais importante será: quando de facto tentaste fazer parte, a tua opinião foi levada a sério, tão a sério como se fosse proclamada por um “adulto”?

O preconceito de que os jovens “não sabem o que dizem” ou não têm “maturidade” para ter um papel político interventivo castrou ideias e projetos de intervenção liderados por estes ao longo dos anos.



A intervenção política juvenil é feita, em grande medida, nas associações e movimentos associativos onde os jovens se integram, quer sejam eles de natureza social, religiosa, cultural ou desportiva. E mesmo dentro dessas organizações, têm os jovens o poder de decisão? Têm a oportunidade de dar forma às suas ideias e iniciativas? Têm como dar voz às suas preocupações e anseios no plano de ação da organização que integram? Onde estão os dispositivos de participação que

permitem por em marcha o poder de decisão e ação dos jovens? Estão eles envolvidos na escolha de objetivos?

Tudo isto faz dos jovens peões no cenário político. Vistos apenas como participantes inertes e não protagonistas na gestão partilhada do poder de decisão. Neste contexto surge o conceito que parece responder às necessidades dos jovens: a Democracia Participativa, também conhecida como democracia deliberativa.

Lígia Luchman afirma, em “Possibilidades e limites da democracia deliberativa: a experiência do orçamento participativo de Porto Alegre”, 2002, que democracia participativa “constitui-se como um modelo ou processo de deliberação política caracterizado por um conjunto de pressupostos teórico-normativos que incorporam a participação da sociedade civil na regulação da vida coletiva. Trata-se de um conceito que está fundamentalmente ancorado na ideia de que a legitimidade das decisões e ações políticas deriva da deliberação pública de coletividades de cidadãos livres e iguais.”



A democracia participativa é o cenário onde jovens e adultos em pé de igualdade, trabalham e decidem em conjunto para o bem comum. Dada a liberdade e ferramentas corretas, a participação política dos jovens torna-se vital no seu

crescimento enquanto cidadãos de pleno direito, como fator catalisador de responsabilidade, maturidade e consciência coletiva.

É a consciência coletiva de preservação e envolvimento no bem comum, num processo de constante melhoria pessoal e grupal que deve estar o foco da ação humana. Uma consciência que pretende não só refletir e atuar no presente, mas projetar o futuro. A nossa consciência evolui então para um fenómeno de intervenção política e cívica assente nos princípios do desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento sustentável, descrito por Ignacy Sachs em “Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável” é o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades.”

Este é um conceito muito ligado ao ambiente e à preservação da biosfera. Os recursos naturais finitos que estão na berma da extinção são uma nuvem negra sob a humanidade que se desenvolveu graças a recursos ultra explorados como os combustíveis fósseis.

A preservação da vida animal e florestal é também regularmente associada a este conceito. A título de exemplo temos as cotas máximas de pesca estabelecidas para que as espécies piscícolas e a sua continuidade não sejam postas em causa. Basicamente, o conceito de Desenvolvimento Sustentável define a capacidade de viver em comunhão com o planeta tendo em conta que nada estará garantido no dia de amanhã.

O conceito não se aplica apenas ao ambiente. Pode e deve ser abordado de várias maneiras e pontos de vista. Em termos sociais, económicos, energéticos, estruturais, etc. A utilização e manutenção dos recursos é vista muitas vezes como tarefa do Estado e que ao comum dos cidadãos nada mais lhe compete para além da crítica. Não deveríamos olhar para o desenvolvimento sustentável da nossa comunidade? Não deveríamos saber como as nossas associações e movimentos cívicos aos quais pertencemos gerem recursos, preservam o trabalho e ensinamento do trabalho levado a cabo anteriormente? Socialmente, não queremos que as boas práticas sejam preservadas e aplicadas corretamente em vez de modelos standardizados, aos quais inevitavelmente, nem todos se ajustam? Não queremos que as parcerias e

projetos entre jovens e os detentores de cargos públicos sejam espontâneas, coerentes e reais em vez dum processo vago feito de marketing e fotografias?

Questões à parte, a que cada um responderá para si mesmo, o desenvolvimento sustentável mais do que necessário, tornou-se num imperativo de sobrevivência humana. Tratasse de sabermos como é que a nossa comunidade, as suas dinâmicas e práticas de vivência democrática estão dimensionadas para o futuro e permitem o futuro das próximas gerações.

No contexto atual de diversidade feito de fracas respostas coletivas às problemáticas geradas pela globalização, de mal-estar no processo de afirmação da Democracia e fracas previsões económicas para o futuro, os três conceitos que aqui abordo numa perspetiva conjunta fazem mais sentido do que nunca. Na essência de todas as questões e flutuações que registei está o facto de que é responsabilidade dos jovens a construção de uma democracia participativa real que nos dê esperança de um verdadeiro desenvolvimento sustentável que permita o futuro de tudo e todos.

Participação Juvenil nas Organizações



Participação Juvenil nas Organizações

Elisabete Faria (PASEC)

"Aos jovens, tudo o que imaginam parece-lhes realidades."

Jacques Bossuet

A participação juvenil implica que os jovens tenham um papel ativo na definição das políticas de apoio à juventude que os afetam diretamente. Um jovem que participa é um jovem que pensa, decide e atua, fazendo assim parte de um processo de construção e promoção de uma cidadania ativa.

Esta participação juvenil assume diferentes formas e posturas. Surge numa dimensão cultural, social, política, económica, religiosa.

Os jovens que participam têm a oportunidade de partilhar o seu poder de decisão com os adultos, assumindo assim novas responsabilidades sociais e o destino das suas políticas. Os jovens quando participam integram um processo de transformação pessoal e social, atuando por interesse próprio e/ou por convicção.



Os jovens integram-se em associações pelo simples gosto de participar, pela arte de poder decidir, para poderem saltar para um palco onde eles são os protagonistas da ação.

É no tecido associativo e organizacional que os jovens encontram o terreno fértil para a sua efetiva participação. Os jovens participam nas associações do bairro onde vivem, em associações de caridade e solidariedade, organizações políticas, desportivas, religiosas, culturais, entre outras. Os espaços de atuação para a participação jovem são inúmeros, mas todos eles proporcionam a mudança e a transformação. É neles que desenvolvem novas capacidades, novas formas de estar, pensar e fazer. Tornam-se mais pragmáticos no desafio de intervir no meio em que vivem ou estão inseridos.

A questão perdura nos tempos, mas a resposta difere consoante as épocas. Como potenciar a participação dos jovens?



No planeamento e promoção de atividades dirigidas aos jovens torna-se importante a criação de grupos de trabalho e decisão que integrem os próprios jovens. Adultos a pensar sobre políticas de juventude são já muitos, mas são os jovens quem devem ter a oportunidade de poder partilhar esta responsabilidade numa interação dinâmica permanente com o meio que os rodeia e afeta. Políticas de juventude que servem os

interesses dos jovens pensadas com a participação dos mesmos são as melhores para promover e despertar a sua necessidade de participação e envolvimento na construção do dia-a-dia de todos.

A participação juvenil nas organizações é também uma questão de educação e formação de base. Este incentivo deve ser feito em parcerias com as entidades públicas e privadas, desenvolvendo políticas e programas de incentivo à participação articulados com o currículo da escola ou processo formativo do jovem enquanto estudante.

Quando se fala em promoção da participação juvenil nas organizações temos de ter sempre em conta o contexto em que estes jovens se inserem. A meu ver, as oportunidades, espaços e formas que os jovens têm de participar diferem no contexto geográfico, histórico, social, cultural e tecnológico. Sendo assim não existem fórmulas universais ou respostas generalizáveis, apenas bons exemplos que podem ou não ser replicáveis.

A motivação dos jovens é também um fator importante na promoção da participação juvenil. É necessário perceber o que estimula os jovens, quais os valores que respeitam, quais as suas aprendizagens, potencialidades, necessidades e que recursos têm disponíveis.

Vivemos, atualmente, numa fase de grave crise económica e política. O desemprego juvenil é cada vez mais uma realidade. Muitos dos nossos jovens começam a desistir de prosseguir estudos, tornam-se independentes dos pais cada vez mais tarde e constituir família torna-se num plano de longo prazo ou, muitas vezes, inexistente.

Eles sentem necessidade de intervir, a necessidade de empreender, de participar mas atualmente, deparamo-nos com o risco de os jovens participarem, não por quererem desafios ou por vontade própria, mas por estarem em situação de desespero. É na procura de soluções para situações limite que alguns se tornam mais pró-ativos e com uma inesgotável capacidade de “dar a volta por cima” e de facto fazer a diferença.

Colocando o enfoque nas forças e potencialidades dos jovens, conseguiríamos certamente aumentar os níveis da sua participação. Torna-se assim necessário diligenciar processos potenciadores do empowerment juvenil através da criação de

modalidades efetivas de participação, nomeadamente através das associações e organizações, criando espaços de debate e reflexão de jovens para jovens sem descurar a articulação com os adultos, o meio envolvente e a sociedade em geral.

Promover a participação juvenil nas organizações é contrariar o “adulto centrismo”, valorizando o capital humano dos jovens. Gerar áreas próprias para a expressão das suas capacidades, tendo o adulto (educador, formador, animador) a responsabilidade de os auxiliar/mediar, fornece-lhes as ferramentas e os meios necessários para que possam prosseguir o seu caminho de forma autónoma.

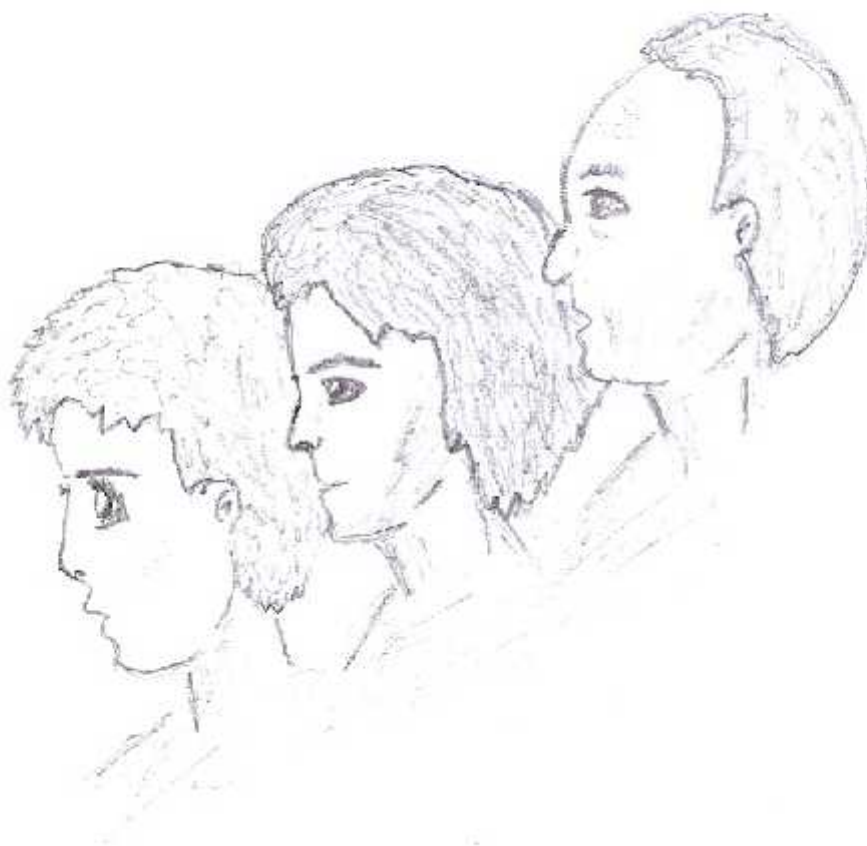


A participação dos jovens nas tomadas de decisão, em que também os adultos participam, é significativa e marca a diferença. Os jovens têm um conhecimento e uma visão da realidade que os adultos não têm. Não é melhor nem pior, é diferente. O educador que opera com eles tem o desafio de confiar neles e delegar-lhes responsabilidades que noutras situações seriam delegadas a adultos.

A participação juvenil nas organizações promove a aquisição de competências. Os jovens tornam-se mais responsáveis e aprendem o significado de assumir um compromisso com algo e/ou alguém. Tornam-se ainda persistentes e resilientes num mundo cada vez mais feito de “altos e baixos”, “fortes e fracos”, estando mais aptos a gerir conflitos e frustrações pessoais, familiares e grupais.

Nas organizações, os jovens são levados a tomar decisões, a desenvolver a capacidade de fazer escolhas e ter iniciativa, aumentando desta forma a sua autoconfiança e auto-estima. O trabalho em grupo torna-se numa constante. Absorve-o e permite-lhe desenvolver o sentimento de pertença a uma equipa, a uma comunidade, aos seus pares. É no tecido associativo que muitos encontram a sua orientação vocacional e desenvolvem as competências necessárias que no futuro definem a sua profissão.

Formação ao Longo da Vida – O desafio de todos...



Formação ao Longo da Vida – O desafio de todos...

Abraão Costa (Coordenador Internacional do Projeto NWF)

O novo milénio, mas será mais correto dizer o novo século que presenciamos, é o século da Formação ao Longo da Vida. Esta temática assume um papel de primazia em todas as agendas políticas ao mais alto nível, sendo considerado essencial no desenvolvimento económico e social das sociedades.

O ser humano será o grande protagonista da nova realidade secular, mas desta vez pretende-se que este protagonismo assuma uma vertente mais humana, a educação e formação ao longo da vida é um caminho a percorrer para atingir este fim.

A Formação ao Longo da Vida compreende novas formas ou métodos de aprendizagem com vista à aquisição de competências, saberes e poder de adaptação por parte de indivíduos, organizações e comunidades, imprescindíveis ao século XXI.

A ELLI (European Lifelong Learning Initiative) clarificou esta assunção do seguinte modo: "É o desenvolvimento do potencial humano que, através de um processo contínuo, estimula e encoraja os indivíduos a adquirir o conhecimento, competências, valores e a compreensão de que necessitam ao longo da sua vida, fazendo uso deles com confiança, criatividade e contentamento ao assumir os mais diversos papéis nas mais variadas circunstâncias e contextos."

No entanto, qualquer que seja a visão, uma coisa é certa: a educação e a formação são um processo contínuo e abrangente determinado no essencial pela especificidade de cada um.

Que imposições nos exige o futuro?

É relativamente fácil preverem-se muitas das mudanças e avanços que se irão operar nos anos vindouros. Verificar-se-ão inúmeras inovações tecnológicas, nomeadamente no campo da informática. O processo de formalização de normas que deverão ser conhecidas por todos aqueles que iniciam uma profissão fortalecer-se-á, especialmente porque cada vez mais, são obrigados a regular-se pela legislação europeia. Presentemente está a proceder-se à elaboração de nova e restritiva

legislação no âmbito da segurança, ambiente, administração, planeamento financeiro e contabilidade, não só a nível Europeu, mas também a nível nacional e local. Deste modo, ninguém pode, a longo prazo, negligenciar estes aspetos sem prejudicar as suas aspirações profissionais. Nesta perspetiva, é ainda fundamental pensar-se na feroz competição existente a nível nacional e internacional que a abertura das fronteiras Europeias tem vindo a provocar.



Os profissionais terão então de atualizar-se, quer queiram, quer não, caso contrário não conseguirão sobreviver a longo prazo, sendo marginalizados dentro do seu próprio campo profissional.

A problemática de que existem claras diferenças entre os países europeus decorrentes do facto de uns evoluírem mais rapidamente do que outros, da crescente complexidade dos deveres e formalidades laborais, bem como da tendência para aumentar o nível dos standards profissionais é comum a todos. Na generalidade, estas questões colocam-se ao nível dos grandes investimentos, nomeadamente na criação de novas empresas. Assim sendo, é de prever que o fosso entre os empresários bem-sucedidos e os menos bem-sucedidos seja cada vez maior numa perspetiva educativa. O slogan "saber é poder" (ligado ao sucesso) deixou de monopolizar a sociedade civil, pelo que também as populações mais abastadas terão, mais cedo ou mais tarde, de

enfrentar esta realidade, inevitável a longo prazo. Aliás, presentemente, já se nota o facto de alguns grupos profissionais serem marginalizados em certas regiões europeias por não terem feito um percurso educativo normal ou por se encontrarem em risco de não conseguir aceder à generalidade dos serviços e instituições sociais. As consequências que advêm de uma educação deficitária implicam, ainda, a impossibilidade de aceder às ofertas que a sociedade do futuro produzirá para os seus cidadãos.

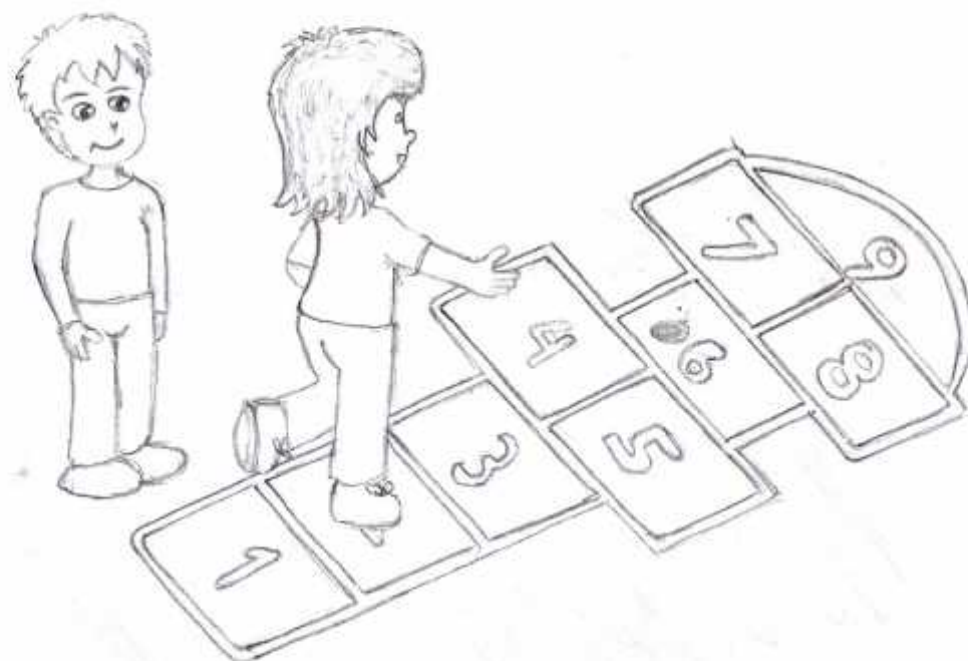


É inegável que entre os grupos de profissionais existem muitos analfabetos e pessoas com um percurso escolar inconsistente. A criação de um sistema de Formação ao Longo da Vida adequado às populações implica, não só, quebrar com as barreiras formais e não formais, mas também ter em consideração as regionais. O enfoque nas necessidades e expectativas a nível regional e mesmo local dos grupos alvo é uma das condições que mais contribuirá para que sejam abertos os caminhos da Formação ao Longo da vida, especialmente quando o que está em jogo é a iliteracia ou o abandono escolar.

Por outras palavras, a formação ao longo da vida deverá ser a consequência daquilo que ansiamos, num percurso onde a educação formal e não formal se entrelaçam,

complementam e nos definem enquanto seres humanos com uma personalidade própria.

A Educação Formal e Não Formal



A Educação Formal e Não Formal

Abraão Costa (Coordenador Internacional do Projeto NWF)

A educação formal parece assumir como objetivo socializar o indivíduo dentro das normas da sociedade. A escola / a universidade geralmente simbolizam a educação formal.

A escola é um órgão que depende de uma linha educacional centralizada como o currículo. Esta linha é determinada a nível nacional, sendo que esses organismos são fiscalizados pelo estado. A entidade escolar organiza-se em pequenas frações, baseadas na idade cronológica, está organizada por anos e estes por turmas. Qualquer turma, numa situação de ensino mais avançada depende da área em que está. Encontra-se condicionada a normas de comportamentos próprios como: horário, conduta, cadeiras específicas para aquela área em concreto, etc.

A educação neste sentido tem exigências claras como competição e aquisição que fazem parte do dinamismo escolar, a educação tem que provar por meio de exames o que o aluno aprendeu, ele é avaliado por notas ou conceitos, com consequências negativas para aqueles que não têm uma avaliação com valores positivos, como repetir de ano, provas de segunda fase e em alguns casos abandono escolar.

A educação nesse caso não é uma escolha pessoal voluntária, o aluno não participa nas atividades escolares por determinação própria. Na escola os professores tendem em algumas situações e devido a um sistema que é de certa maneira imposto, a preferir os alunos com capacidade de aquisição no ensino mais alto o que acaba de alguma maneira por atribuir à escola o papel de determinar, em grande parte, uma espécie categorização social ao aluno fazendo-os passar por exames de seleção através de um sistema de ensino standard rígido e racionalizado não igualitário.

O ensino e a educação vivem num constante conflito, de um lado as normas que os adultos impõem aos jovens, do outro os jovens que tendem a contrariá-las com atitudes de revolta e reivindicação.

Em quase todo o Mundo Ocidental é muito difícil manter entidades de ensino particulares sem a ajuda económica do estado. A educação é quase que um

monopólio do estado e quase sempre é ela que vai definir a linha ideológica da educação do país.

Na educação não formal os objetivos também estão ligados à socialização do indivíduo dentro da sociedade. Ele é singular no meio e na forma como aplica os seus objetivos. Atua de forma difusa, menos hierárquica e burocrática. Três exemplos: Movimento Juvenil, Centros Culturais, Centros Comunitários.



É na sua educação não formal que o indivíduo procura o seu equilíbrio entre a anarquia e a ordem. A formação é um percurso autónomo na prática da sua vivência não só nos pequenos grupos e instituições com que interage como também na interação com toda a comunidade sem determinação de idades.

Muitas vezes as instituições não formais exigem uma estrutura interna muito bem organizada principalmente por trabalhar com atividades variadas e com diferentes tipos de público. As atividades desenvolvidas são geralmente voluntárias, muitas vezes pagas pelos seus participantes. Têm uma ideologia de ação própria com objetivos específicos e está aberta a todas as faixas etárias. O seu campo de ação é muito variado: passeios, estudos de grupo, teatro, artes, desporto, lazer, acampamentos, jogos, etc.

A educação não formal definida como uma espécie de órgão não tem uma centralização unificada institucionalizada que determina currículos e a fiscaliza. As atividades em que nos envolvemos dentro desta perspectiva, seja com o nosso grupo de amigos seja integrados numa instituição, são de certa forma, autónomas e procuram não se deixar monopolizar por grupos institucionais. Elas geralmente identificam-se com as comunidades de origem, com quem têm afinidades culturais ou ideológicas.



Não existem dois tipos de modelos educativos, duas educações diferentes, existe uma só educação na qual o objetivo geral é a socialização do indivíduo.

Os dois modelos completam-se um ao outro como também ampliam o campo de aprendizagem.

Tanto a escola como os centros comunitários, sociais ou os variados órgãos existentes têm uma forma única de reafirmar a responsabilidade da sociedade na educação dos seus indivíduos. O perigo da educação se tornar elitista é muito grande, e a forma de garantir que todas as camadas da sociedade possam participar neste processo amplo de educação deve ser uma prioridade. A solução poderá estar exatamente numa estratégia conjunta, uma abordagem que envolva o formal e o não formal.

Exemplo de uma escola em Israel

Safit é uma escola secundária onde a maioria de seus alunos são de Kibutzim, Moshavim e Olim de Kiriat Malachi. A escola Safit está dividida em duas formas de atividades: como escola obrigatório que funciona no turno da manhã e a escola voluntário no turno da tarde e noite.

O ensino obrigatório está baseado nas normas do ensino nacional, sendo fiscalizada pelo Ministério da Educação. Os seus objetivos visam a competição e aquisição da Bagrut (nota de acesso ao ensino superior), tendo atividades para alunos que não conseguem acompanhar o ritmo das exigências.

A escola usa de vários meios para melhorar a qualidade de seu ensino como biblioteca, sala de leitura, educação especial, orientadora educacional, orientador para cada turma... Os alunos têm obrigações, deveres e direitos claros e específicos, a escola obrigatória é dirigida por uma direção de ensino, que em Portugal equivale à Direção Pedagógica.



Na parte da tarde a escola é voluntária, com atividades difusas e amplas não obrigatórias. Em Safit a escola voluntária funciona 3 vezes por semana e as atividades existentes são: cursos, música, desporto, atividades culturais, trabalhos na

estufa, passeios, debates sobre atualidades, etc. As atividades são organizadas pelos alunos em conjunto com os orientadores e lideradas por um coordenador pedagógico.

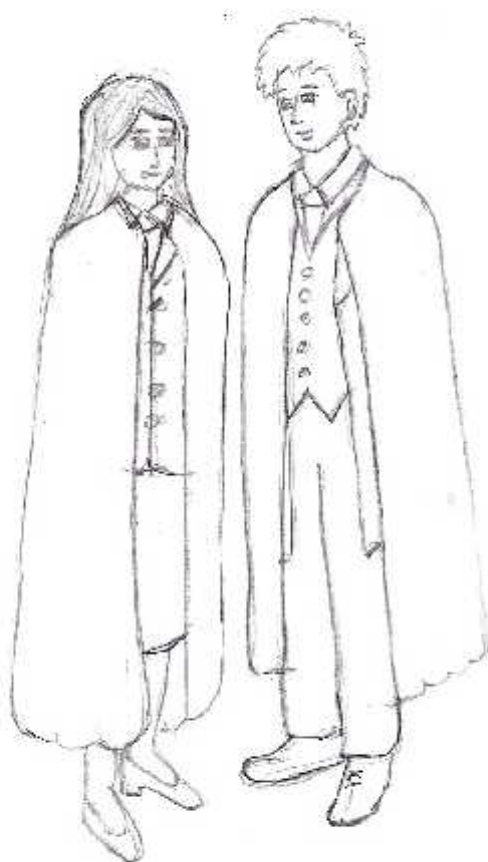
Os objetivos passam por criar uma comunidade juvenil onde os jovens assumam de certa maneira a responsabilidade da comunidade, a participação nas tarefas de trabalho de manutenção como limpeza, jardinagem e a organização das atividades.

Os dois modelos complementam-se entre si e estão dentro de uma visão educacional única. Esses dois modelos procuram constantemente manter a harmonia e o equilíbrio, pois a tensão faz parte do seu dinamismo. Em Safit o conflito e a tensão existentes acontece sobretudo nas turmas de graus de ensino iniciais e as em percurso terminal.

Na dinâmica da escola vê-se claramente a posição entre os professores que exigem e dão como prioridade os estudos e do coordenador do centro comunitário que dá prioridade às atividades sociais. A função da direção nesse caso é de suma importância, é ela que vai manter o equilíbrio necessário nos casos de conflito.

A discussão é algo inevitável e é ela que cada vez mais ajuda a aprimorar os dois modelos num mesmo campo de ação. O New World Formula foi um projeto de educação não formal, mas em nenhum momento descurou a articulação e harmonia com as dinâmicas das instituições de ensino formal em que os jovens a quem se dirigia o projeto estavam integrados.

© Protagonismo Juvenil no Ensino Superior



○ Protagonismo Juvenil no Ensino Superior

Stephanie Paiva (PAJEC)

O Protagonismo Juvenil é abordado de uma forma intensa, tanto na teoria como na prática, aplicando-se a todas as dimensões da educação, pois não há transformação sem educação.

Deste modo, deparamo-nos com o grande desafio que é colocado em pleno século XXI à Universidade – o de educar para uma transformação eficaz a fim de contribuir para a sobrevivência dos indivíduos. Assim, a Universidade deve integrar uma educação integral abrangente baseada em valores éticos e humanitários. Os métodos e conteúdos abordados devem adequar-se a novas realidades, formando os alunos em todas as dimensões de modo a garantir ações eficazes em prol da humanidade.

Ser cidadão é estar na vida e no mundo, sentindo-se parte integrante do mesmo. É ser um participante ativo no esforço de mudança da sua realidade social, deixando sempre a sua marca. É mais que sobreviver, é mais que viver com prazer, é gozar a existência!

De tal modo, o Ensino Superior precisa de adotar um método de ensino-aprendizagem que leve a consequências concretas e imediatas em prol de um bem maior de toda a comunidade. A educação torna-se mais significativa se se tornar num processo relevante para a construção e identificação do projeto de vida de cada educando. É confiada aos jovens universitários e profissionais uma tarefa social imediata e bem delimitada, atendendo ao compromisso de serem eles os promotores de inovação do mundo, pois é deles que depende a construção de uma verdadeira democracia. Para tal, é necessário haver transformações significativas no que respeita à educação formal e informal.

Em suma, a educação do século XXI requer uma Universidade que forme especialistas que sejam protagonistas, agentes de transformação capazes de se envolverem em projetos e salvaguardarem a sustentabilidade de vida.

● Associativismo Académico

Dada a importância do papel da educação na escola (entendendo aqui escola, como todo o sistema educativo, no qual a universidade se inclui), é necessário ter em atenção algumas das práticas desenvolvidas pelo sistema educativo atual na conceção do que é um cidadão.



Só nos inícios dos anos setenta é que foi empreendida uma reforma no ensino que procurou diminuir as diferenças sociais, apostando na escolaridade básica para todos através da introdução de uma única via de ensino. Posteriormente, esta abertura foi extensiva a outros setores do ensino, verificando que os estudantes do ensino superior eram dos mais ativos e contestatários, tornando-se muitos deles dirigentes políticos portugueses, descobrindo desta forma o gosto pela participação política. Este momento tornou-se, assim, um dos momentos políticos iniciais do movimento estudantil nacional estabelecendo uma ligação entre a política e o mundo universitário.

Nesta época, estes jovens universitários destacavam-se pelo seu papel de carácter contestatário mostrando que eram capazes de pensar por si próprios e de afirmar valores em contradição com os de uma instituição tão forte como é a universidade.

Contudo, a política educativa nem sempre tinha uma tradução coerente nas práticas correntes do meio académico, o que implicava uma certa fragilidade do modelo educativo.

Apesar de no ensino universitário se terem registado algumas dificuldades relacionadas com tendências nacionalistas antigas de autofechamento foi sendo criado um quadro de referências baseado no desenvolvimento de competências sociais, cognitivas e afetivas dos estudantes, de modo a permitir uma nova abordagem curricular no período político seguinte.

Foi desde a instauração do regime democrático que se consagrou o direito aos jovens, sobretudo do ensino superior, de constituírem e gerirem uma Associação de Estudantes, de onde decorre a possibilidade de se conhecer o verdadeiro significado de uma representação de natureza política.



De facto, é de salientar que a Associação de Estudantes, ainda que não seja a única forma de participação dos jovens no ensino superior, é dos únicos espaços que é gerido entre pares. Deste modo, foi em Coimbra, no ano de 1992, que se abriu um novo ciclo no associativismo académico em Portugal. Foi então, através da eleição de um lista independente que se deu expressão a uma conceção de associativismo académico que já há muito era reclamada por alguns estudantes.

Neste sentido, o modelo que até agora era implementado tinha como prioridade a lógica política/partidária que as diversas juventudes se encarregavam de transportar enquanto direções associativas. Este modelo começou, então, a revelar alguns sinais de falência. Em consequência disso, toda e qualquer ligação que as juventudes partidárias mantinham de forma mais visível com as diferentes associações começaram a perder, progressivamente, expressão estendendo-se a quase todas as associações o modelo que era regido nesta cidade universitária (Coimbra).

Com o reforçar das listas independentes e com a perda da influência dos jovens partidários dentro do associativismo, verificou-se que as próprias juventudes passaram por períodos de grande apatia e, em alguns casos, de falência total ao nível da intervenção política/partidária. Porém, para manter essa independência, denota-se como fundamental uma lógica pluralista que importasse estudantes de diferentes áreas políticas.

No ano de 1997, continuavam-se a debater os mesmos problemas que no início da década, o que se tornaria por um lado ilógico, mas por outro lado, releva a lógica política a que tem andado distante toda a reforma do ensino em Portugal e, mais concretamente, no ensino superior.

Atualmente, esta luta pelo associativismo académico é uma luta pela dignificação, pela igualdade, pela qualidade de ensino, e principalmente uma luta pela intervenção social ativa dos jovens numa dinâmica própria da democracia participada onde o direito à diferença e à contestação têm sido defendidos com uma postura construtiva.

Assim, as Associações de Estudantes do setor público – Ensino Superior Universitário Público – assumiram tradicionalmente a sua direção para o dinamismo e uma postura reivindicativa ao longo da década de 90, sobretudo nas universidades mais antigas.

Participação Política nas Associações Acadêmicas

A correlação entre o associativismo e a participação social e política é explicada por diversos fatores. O movimento associativo acadêmico é composto por uma pluralidade de agentes e atua como um espaço de socialização política dos indivíduos através da sua participação vão integrando novas práticas e representações. É nestes espaços que os jovens realizam a experiência objetiva de se organizarem e atuarem coletivamente, num processo de aprendizagem.

Através da integração e/ou inscrição no movimento associativo acadêmico, os diversos agentes encontram a possibilidade de constituírem processos de identificação coletiva sobre o qual são estabelecidos referenciais sobre a natureza dos agentes, da realidade, dos objetivos da ação coletiva, da forma como deve desenvolver-se a ação e dos obstáculos a serem enfrentados. Esta constituição de identificação coletiva é fundamental na medida em que permite a construção de ações como um processo de participação continuado que depende da constituição de uma coletividade cuja identidade é gerada, incorporada e mantida pelos diversos membros que a compõem.

Com efeito, no espaço acadêmico efetuam-se processos dependentes de participação, uma vez que grande parte dos estudantes são simplesmente informados das decisões. Esta distância ao poder encontra alguns fatores explicativos de longo alcance que se estendem no tempo e no espaço social.

O desafio de estar na Universidade

A entrada para o ensino superior é, para muitos jovens, uma rutura clara com as rotinas e com as representações sociais dominantes que os estudantes do ensino secundário possuem. Para outros é apenas um prolongamento das suas formas participativas.

No entanto, somos deparados com vários fatores que podem levar o estudante a afastar-se do mundo académico. Assim, são exemplo desses fatores a questão da dependência financeira e emocional em relação à família, daí haver uma crescente regionalização das universidades, de modo a aproximar os estudantes das suas casas de origem.

Para tal, de forma a encarar e aceitar da melhor maneira alguns desafios que nos são apresentados, abordo a importância do fator grupo para uma melhor adaptação e integração no ensino superior. Assim são exemplo os Capa Negra, grupo que integra o projeto NWF, constituído por vários jovens universitários de diversas regiões, mas todos integrados em instituições do Ensino Superior da cidade de Coimbra.

O princípio do grupo passa por todos em conjunto arranjarmos soluções e formas de atenuar as nossas angústias, muitas visíveis desde o primeiro ano de ensino superior. Desta forma, tentamos refletir no seio de uma estrutura grupal, onde todos estão a passar pela mesma etapa de vida, as experiências, vivências com que nos deparamos ao longo do nosso percurso académico, bem como reunir forças para ultrapassar alguns obstáculos que nos vão surgindo:

- A nível financeiro, pois é cada mais difícil sustentar os gastos que temos com o nosso percurso académico numa cidade relativamente distante da nossa casa;
- E a nível emocional, pelo facto de estarmos longe da família, amigos, e tudo aquilo a que sentimos pertencer e que de alguma forma nos sustentam.

É, neste sentido, um espaço onde somos participativos, ativos e protagonistas do nosso próprio caminho através de um processo de reflexão continuado e gerador de processos de mudança pessoais despoletados pela reflexão coletiva.

© projeto New World Formula na Ilha do Fogo em Cabo Verde



O projeto New World Formula na Ilha do Fogo em Cabo Verde

A Ilha do Fogo

A Ilha do Fogo fica situada no arquipélago de Cabo Verde, Fogo tem 476 km², 31 km de comprimento por 29 km de largura, albergando cerca de 37 400 habitantes (2000). A sede do Fogo é São Filipe, cidade com cerca de 6000 habitantes.

Está dividida em três municípios: Mosteiros (que inclui a freguesia de Nossa Senhora da Ajuda), Santa Catarina do Fogo (Santa Catarina) e São Filipe (São Lourenço e Nossa Senhora da Conceição).

A ilha foi descoberta em maio de 1460, juntamente com as ilhas de Maio e Santiago e foi a segunda do arquipélago de Cabo Verde a ser povoada, logo a seguir a Santiago, de quem está próxima, a cerca de 50 km. Inicialmente, a ilha do Fogo chamava-se São Filipe, tendo mudado de nome, provavelmente, por causa do vulcão que alberga.

A ilha tem o formato de um vulcão, que ainda está ativo e o topo deste é o ponto mais alto do território, com 2829 metros. A última erupção aconteceu em abril de 1995. A cratera do vulcão tem 9 km e paredes com mil metros de altura. Pouco anos depois de ter sido descoberta, a atual ilha do Fogo ganhou grande importância na economia de Cabo Verde. O algodão plantado na ilha passou a ser a moeda de compra de escravos na costa africana, numa altura em que só era possível resgatá-los com mercadorias produzidas no arquipélago. No entanto, devido às constantes secas que desde sempre assolaram o Fogo, muitos habitantes optaram por emigrar, especialmente a partir de finais do século XVIII e no século XIX. Os habitantes do Fogo aproveitavam a passagem dos baleeiros norte-americanos nos portos de Cabo Verde para poderem viajar para os Estados Unidos da América, onde havia procura de mão-de-obra.

Por ter solos de terra fértil, favoráveis à agricultura, a ilha foi, desde logo, escolhida para ser povoada. Entre as atividades agrícolas do Fogo destacam-se a produção de café e de vinho. Posteriormente, desenvolveu-se a produção de algodão e de bens agroindustriais, como as conservas, que viriam a ser exportados para os Estados

Unidos da América, país com quem Cabo Verde, devido à emigração, mantinha relações privilegiadas. A produção do vinho "Manecom" é feita na aldeia de Chã das Caldeiras, onde os cerca de 300 habitantes locais plantam as vinhas nas terras férteis na base do vulcão. O café é essencialmente proveniente de Mosteiros, localidade do norte da ilha com cerca de 3000 moradores, sendo assim a segunda maior do Fogo, atrás de São Filipe. É no concelho de Mosteiros que está a aldeia de Relva, centro da ação do projeto NWF em Cabo Verde.

A Associação Juvenil Comunitária de Relva

Associação Juvenil Comunitária de Relva - AJCAPR é uma organização de desenvolvimento. Constituída a 03 de Novembro de 2004, os estatutos encontram-se publicados no BO N.º 2, III Série, Suplemento de 16 de Janeiro de 2006. Tem sede social em Relva, Mosteiros, Ilha do Fogo. É uma associação sem fins lucrativos, com objetivo de promover o desenvolvimento da agricultura e criação de animais na aldeia de Relvas e zonas circunvizinhas e o desenvolvimento de atividades para ocupação dos tempos livres dos jovens da comunidade.



Com o avançar e evoluir da sua ação na última revisão de estatutos foi consagrado que a AJCAPR passaria a ter a capacidade legal para realizar obras de caráter comunitário

Tem 85 (Oitenta e cinco) sócios, 20 mulheres e 65 homens. É a única associação existente na localidade de Relva. Tem sede na mesma localidade e representações em Portugal (Lisboa) e EUA (Brockton), junto das comunidades emigrantes.

É parceira da Plataforma das ONG's de Cabo Verde e membro em pleno gozo dos direitos da OAF (Organização das Associações do Fogo) e da SoldiFogo (Agência de Crédito da Ilha), desempenhando em ambas a função Secretário da Direção.



A comunidade de Relva vista pelos seus jovens

Vivemos na comunidade rural de Relva. Dependemos, sobretudo, da Agricultura, Pecuária e Pesca como atividades praticadas de forma contínua como modo de gerar o rendimento para o nosso sustento diário.



A comunidade é atrativa, fresca, humilde, feita de pessoas trabalhadoras. Não são muitos os focos de delinquência juvenil, muito graças às ações da Associação Juvenil Comunitária de Relva.

Os nossos dias ganham sobretudo vida à tarde. Encontramo-nos perto das lojas comerciais, na rua, onde aproveitamos para rever os nossos amigos, trocar algumas impressões e saber como correu o dia de trabalho. Depois seguimos para a sede alugada da associação onde desenvolvemos as nossas atividades diárias. Alguns jovens vão para a Internet fazer trabalhos escolares, alguns dirigentes preparam as próximas atividades e outros aproveitam apenas para se encontrarem e conviverem.

São muitos os problemas que assolam a nossa comunidade a começar pelas instalações para a prática desportiva. Muitos dos nossos jovens têm que praticar desporto na comunidade mais próxima (Achada Grande) porque a nossa não tem

um parque de jogos com condições mínimas para a prática das diferentes modalidades.

Muitas famílias não têm televisor o que dificulta o acesso à informação. São obrigadas a deslocarem-se a casa dos vizinhos para saberem as notícias. Era importante haver um espaço central na aldeia com televisão acessível a todos, sobretudo, por causa dos programas informativos.



Muitas das famílias têm fracos recursos financeiros ao ponto de não poderem pagar o autocarro para os seus filhos poderem ir à escola, sobretudo os jovens que frequentam o Ensino Secundário. Outros nem ao Ensino Secundário chegam porque as suas famílias não têm capacidades para suportar os custos de manter um filho a estudar no Secundário. Os que terminam o Secundário nem sempre arranjam emprego. A taxa de desemprego entre os jovens é altíssima e os empregos disponíveis na Ilha são muito poucos. O facto de haver muitos jovens desempregados faz com que entre a população juvenil surjam problemas como o Alcoolismo e a Droga.

A nossa escola tem falta de todo o tipo de recursos e materiais, sendo o sítio onde muitas das nossas crianças efetuam a sua única refeição diária.

A Associação Juvenil Comunitária de Relva tenta fazer tudo o que pode, mas os recursos materiais e financeiros são muito escassos. De qualquer forma conseguimos: promover educação básica para as crianças da comunidade na área da Informática; promovemos atividades de intercâmbio com as comunidades vizinhas; construir cisternas de água para moradias da aldeia sem acesso a água; construir pocilgas e galinheiros para porcos e galinhas de modo a melhorar a dieta alimentar das famílias da comunidade; fazer protocolos de cooperação com outras associações para conseguir projetos que possam melhorar a vida dos nossos jovens e da comunidade no geral.

Depoimento de José Alberto Gonçalves Andrade

o NWF na Ilha do Fogo

No âmbito do projeto New World Formula, apoiado pelo Programa Juventude em Acção da União Europeia, a PASEC e organizações parceiras fizeram deslocar à Ilha do Fogo, Cabo Verde, entre os dias 12 e 16 de Fevereiro de 2013, uma delegação para iniciar e dar apoio à implementação dos planos de apoio ao desenvolvimento das comunidades juvenis em que o projeto se inseria.

A delegação foi recebida pela Associação Juvenil Comunitária de Relva, parceiro local que desenvolve um importante trabalho na luta contra a pobreza e na dinamização da população juvenil local. A Associação Juvenil Comunitária de Relva nos últimos anos conseguiu dar importantes contributos para o desenvolvimento da aldeia de Relva que tem aproximadamente 2000 habitantes. Construiu cisternas de grande dimensão para levar água potável à população, construiu habitações sociais e centenas de galinheiros e corrais e conseqüente compra de animais para melhorar a dieta alimentar da comunidade. Permitiu também o acesso a micro crédito de alguns jovens empreendedores da aldeia para criarem o seu próprio emprego e custearam ainda muitas das despesas para necessidades básicas dos jovens mais pobres da população, pagando a sua deslocação da aldeia para a escola ou

financiando o seu ingresso na universidade. É neste contexto que o trabalho da PASEC e parceiros se desenvolveu.



Nos primeiros dois dias foi feito um contacto direto com a população local. Foram realizadas apresentações sobre o que era a PASEC e trabalho que esta faz, foram dados a conhecer as principais obras e ações da Associação Juvenil Comunitária de Relva, foram visitadas as famílias e instituições locais, para além do contacto direto com a comunidade juvenil local. Na tarde do segundo dia foi organizada uma Festa Comunitária que envolveu toda a população da aldeia com eventos desportivos e um espectáculo de dança. No terceiro dia a delegação foi recebida pelas autoridades locais, nomeadamente pelo Presidente da Câmara Municipal de Mosteiros e pelo representante do Ministério da Educação e Desporto, que agradeceram a atenção e envolvimento da PASEC neste projeto e se disponibilizaram para apoiar todas as iniciativas necessárias. Foi também visitado o Centro da Juventude de Mosteiros e alguns artistas locais. Na tarde do terceiro dia foram iniciados os fóruns de discussão sobre as medidas a implementar. Inicialmente foi visitada a escola local, foi mantido um encontro com os professores a que se seguiu a assinatura de um protocolo entre a PASEC e a Associação Juvenil Comunitária de Relva que estende a ação da PASEC para além do projeto New World Formula.

Assim, a PASEC e restantes parceiros enviaram como apoio à escola local centenas de manuais escolares, articulou o seu plano de ação com o da Associação Juvenil Comunitária de Relva AJCR no desenvolvimento de planos de ação comunitária para o desenvolvimento da população juvenil de Relva através do apoio pedagógico e financeiro à do projeto NWF.



Por outro lado, a Associação Juvenil Comunitária de Relva iniciou grupos informais de jovens seguindo a metodologia de Simbologia Grupal própria da PASEC. Organizaram clubes juvenis virados para as práticas da Democracia Participativa e atividades desportivas que envolveram toda a comunidade. Com estas iniciativas foi possível chegar a mais de três centenas de crianças e jovens só em Relva, Cabo Verde. Para além disto a Associação Juvenil Comunitária de Relva manteve o trabalho de intercâmbio e partilha de boas práticas com os restantes parceiros.

© New World Formula em Itália



○ New World Formula em Itália

○ Papel dos Jovens na Democracia

O papel dos jovens na democracia é hoje muito exigente. Os jovens têm o poder para fazer parte das instituições democráticas, mas também têm que estar preparados e cada vez mais organizados para encontrar as melhores soluções para os seus problemas.

Um dos desafios que sentimos em Marnate e Gorlla, é o facto de os jovens não terem espaços de lazer para ocupar os seus tempos livres e procurem outras localidades e outras cidades para se divertirem. Foi-nos proposto pelo município que pudéssemos apresentar algumas propostas a fim de podermos ter mais ações e planos de atividades que pudessem ir de encontro às expectativas dos nossos jovens. Assim, o Município disponibilizou espaços e cedeu infraestruturas para que pudéssemos criar estruturas de apoio para desenvolver as atividades que os jovens queriam.

Já realizamos algumas iniciativas recreativas e, na última delas, fomos capazes de juntar cerca de 400 jovens oriundos das localidades mais próximas e do nosso município. Ainda assim temos que nos organizar melhor para podermos obter mais financiamento e melhor recursos por parte das instituições europeias.

Queremos agora chegar aos grupos de jovens que se reúnem nos cafés, que saem à noite para se divertirem de modo a integra-los em estruturas organizadas e capazes de responder aos seus anseios.

Felizmente temos tido apoio do nosso município. Ouvem as nossas ideias, consultam-nos para realizarmos atividades e apresentarmos propostas que possam ir ao encontro da vontade dos jovens. Este apoio traduz-se em espaços e algum dinheiro para podermos realizar as nossas atividades.

Com o nosso trabalho já conseguimos realizar alguns eventos, em particular relacionados com a música e com o espectáculo e assim conseguimos criar momentos de diversão e recreio que até agora não tínhamos. Penso que muito do que os jovens querem construir passa pelo trabalho e dedicação dos próprios e por um espírito de sacrifício e dedicação às causas a que os jovens por vezes não se interessam. Acho que

estamos a conseguir mobilizar cada vez mais a nossa comunidade, passando a palavra junto das escolas para que mais gente faça parte deste processo.



Muito ainda falta fazer, em particular no que diz respeito ao estabelecimento de parcerias locais que possam ajudar a fazer a diferença. Temos colaborado com a Cooperativa Totem, através de iniciativas como o projeto NWF.

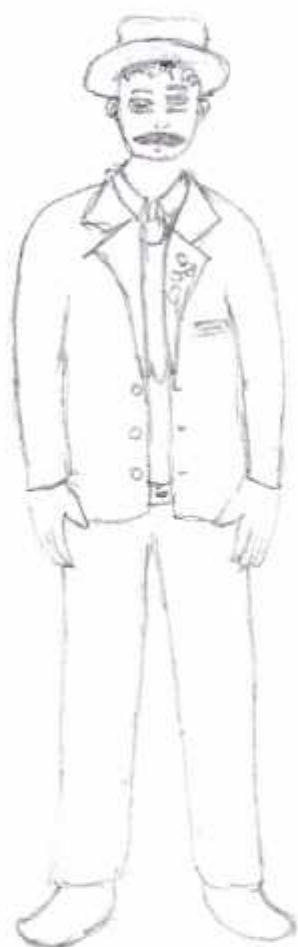
Um dos papéis que os jovens podem ter na construção da Democracia Participativa passa também pelo papel das associações juvenis. Elas são um palco estratégico que permitem desenvolver um conjunto de competências que nos ajudam a melhorar o nosso desempenho, ajudando a evitar fenómenos como a emigração juvenil.

Penso ainda que o nosso papel passa mais pelas comunidades locais do que por intervenções nacionais. Acreditamos que as mesmas estão demasiado controladas por interesses quer políticos quer financeiros. Temos que começar a mudar as situações de dentro para fora, dentro das nossas comunidades esperando que um dia possamos fazer parte das mudanças a nível nacional. Pessoalmente penso que vai demorar ainda algum tempo para que os jovens possam fazer realmente a diferença.

O último ponto que gostaria de focar, é um facto que refletimos num dos laboratórios de trabalho do projeto NWF. Todos temos um tempo e um momento em que somos chamados a fazer a diferença. O facto de lidarmos com um sistema político piramidal anula muitas das nossas capacidades para poder intervir. Assim, era importante implementar uma ideia de um sistema circular onde os jovens, população em geral e os políticos constroem plataformas de debate e discussão mais alargadas e participadas em níveis mais nivelados de participação e envolvimento.

Depoimento de Mattia Orlando – Grupo G3D e TOTEM

© New World Formula na Suíça



○ New World Formula na Suíça

Uma história de um emigrante... o percurso de muitos....

Marta Assunção – Suíça (AJPG e PAJEC)

Antes de haver o New World Formula muitas histórias aconteceram, esta foi a minha. Era uma vez uma jovem chamada Marta, que vivia numa aldeia do distrito de Coimbra. Conquistou os estudos até à licenciatura, contudo após terminar a mesma, deparou-se com o mundo do trabalho. Procurou, procurou e até teve alguns empregos em diversas áreas. Foi secretária, operadora de Call Center, promotora de produtos alimentares, higiene e limpeza em superfícies comerciais, operadora de caixa num hipermercado e como Animadora desempenhou funções numa Instituição Particular de Solidariedade Social, entre outras.

Nos últimos três anos estive a formar animadores numa escola profissional, só que no fim do contrato de trabalho, encontrou-se mais uma vez em situação de desemprego. Já tinha a sua vida formada, casa própria, comprou carro - tinha a sua independência.

Só que o dinheiro não dura para sempre. O subsídio de desemprego mal lhe dava para pagar a renda de casa e as despesas mensais. Perante isto ela tomou uma decisão, não procurar emprego apenas em Portugal mas também procurar no estrangeiro.

E assim o fez. Concorreu a diversas áreas de trabalho, dentro e fora da sua área de formação. Concorreu para projetos internacionais, a empregada de quartos, operadora fabril, limpezas, entre outras. Acabou por encontrar emprego como empregada interna de uma família árabe, também ela emigrante na Suíça. As suas funções e principais tarefas seriam tomar conta de uma bebé de 10 meses e fazer a higiene e limpeza da casa.

A escolha de largar tudo e todos não foi fácil. Se por um lado estava disposta a iniciar uma nova vida e isso dava-lhe a coragem e determinação que precisava, por outro lado sentia-se absorvida pelo sentimento de perda das pessoas que mais lhe eram queridas e por toda uma vida que tinha construído até ali e que agora tinha de deixar para trás.

Mais do que arranjar um trabalho esta sua decisão prendia-se também com o desafio de crescer pessoalmente, isto é, o tempo que iria estar fora do país serviria para Marta se reencontrar consigo própria - durante muito tempo dedicou-se e prestou atenção aos outros esquecendo-se de si. Agora seria o momento de trabalhar um pouco em seu favor.



A caminhada para o início de uma nova vida, desde que saiu do seu país (Portugal), foi solitária mas com uma bagagem cheia de força e coragem.

Sozinha, entrou no Expresso em Coimbra em direção ao aeroporto de Lisboa. Deixou para trás a família (pais e irmão), os seus gatos, os seus bens, amigos... e toda uma vida de 35 anos. O adeus sorridente no terminal rodoviário escondia o aperto que levava no coração do que deixava para trás e o medo do que iria encontrar quando chegasse a Zurique. Pela janela observava aqueles que não saberia quando voltaria

a ver. Já no aeroporto, aquele aperto no coração e o medo acentuavam-se. Não era medo de viajar de avião, uma vez que já o tinha feito várias vezes, mas sim saber, ou não saber, aquilo que iria encontrar.

A viagem solitária, num avião cheio de gente, foi um misto de medos, aventura, desejos,...

Quando chegou ao terminal de chegadas do aeroporto de Zurique, Marta procurou nos rostos que por ali andavam, a família para quem ia trabalhar. Alguns momentos depois encontrou-a. Mãe e a filha receberam-na e ajudaram com a bagagem. Alguma ansiedade era visível no rosto de ambas, afinal eram estranhas – apenas se conheciam pelas fotos disponibilizadas pela agência babysiting. Rumaram a casa onde Marta se instalou e foi colocada a par da rotina diária da bebé. Com tanta informação para assimilar, Marta só se preocupou com o que dizia respeito à “Pequenina” pois já há algum tempo não cuidava de crianças e, como esta era uma família muçulmana, havia uma série de hábitos e costumes a respeitar.

Atenciosos e preocupados com o bem-estar de Marta, a família disponibilizou-se para ajudá-la no que fosse necessário. Um dos problemas que encontrou à sua chegada foi o facto de ter de partilhar o seu quarto com as coisas da Pequenina, o que a impedia de poder disfrutar livremente do seu tempo livre, da sua privacidade. Esta situação para si era particularmente aborrecida e, por vezes, provocadora de stress pois estava habituada, à pelo menos 6 anos, a usufruir do seu próprio espaço sem interferências.

Sempre disponível para novos desafios, nem o facto de a comida ser diferente, pois as refeições eram quase sempre uma mistura da cozinha suíça e árabe, eram obstáculos grandes o suficiente. O que mais sentia falta era da família, dos amigos, dos gatos, da sua liberdade. O seu dia de trabalho iniciava às 7h e terminava às 21h, com uma hora para todas as refeições do dia. Entre as 21h e as 23h, dividia o tempo para tratar das suas coisas e falar com a família e amigos pela Internet. Se alguma coisa estava a correr menos bem, ela nunca deixou transparecer para quem cá deixou. Mas efetivamente por vezes não foi fácil a distância, a pressão, o excesso de trabalho, uma ou outra incompreensão da família que a acolhera. Algumas vezes, as lágrimas correram-lhe pela cara e a vontade de vir embora assaltava-lhe o pensamento.

A folga rotativa que tinha por semana permitia que Marta fosse visitar os amigos portugueses, que também se encontravam emigrados naquele cantão e em cantões

vizinhos, ou visitar pontualmente uma ou outra cidade deste país que a acolhera. Quase sempre deslocava-se a pé ou de transportes públicos.

A Suíça é um país maravilhoso ao nível das paisagens e organização e, muitas vezes, desejou que as coisas em Portugal funcionassem tão bem como ali, desde a organização de espaços públicos, a sua limpeza, os horários dos transportes cumpridos com rigor... Só mesmo alguma frieza dos suíços e o estado do tempo inconstante a deixavam um pouquinho triste, mas nada que não fosse ultrapassado.

O facto de viver e trabalhar no mesmo espaço com os seus patrões quase sempre em casa e sem poder sair à rua com a bebé fazia com que ela se sentisse prisioneira. O sonho de aprender uma nova língua (alemão) foi anulado. Não tinha tempo livre para ir fazer o curso e, lá em casa, a família, praticamente, só falava árabe. Pelo que, Marta só conseguiu aprender algumas palavras de alemão e outras em árabe. Com os patrões e com a bebé falava em inglês e, pontualmente, francês e o espanhol.

Sem volta definida, levou na mala roupas para todas as estações e ocasiões. A maior parte delas não foram utilizadas, pois passou a maior parte do tempo em casa. Também levou consigo alguns objetos simbólicos para recordar a sua família e amigos como fotografias, imagens dos seus santos de devoção, uma estátua de um buda da sorte e, como não poderia esquecer, uma fotografia dos seus gatos pretos. Nos seus momentos de angústia era com eles que imaginava que se pegava para orar ou para matar saudades.

Esta caminhada de emigrante foi lenta, repetitiva e solitária. Lenta e repetitiva pois os dias passavam lentamente, uns a seguir aos outros, com as tarefas a serem repetidas escrupulosamente, o que fazia com que Marta, por vezes, se sentisse aborrecida e desiludida com a escolha profissional que fizera. Sentia-se ao mesmo tempo solitária porque apesar de estar quase sempre acompanhada pelos patrões quase não era notada.

Acabado o contrato de trabalho e sem meios para se sustentar por mais tempo naquele país, sem casa, o facto de não conhecer ninguém a quem pedir auxílio, o não conhecer a cidade o suficiente e o não dominar a língua alemã para poder procurar emprego e trabalhar, levou a que Marta decidisse voltar ao seu país natal. Esta decisão fora de igual forma difícil de tomar pois habituara-se a uma nova realidade bem diferente da que o seu país estava a atravessar naquele momento.

Apenas com dinheiro para a viagem de regresso a Portugal, hesitou muitas vezes fazê-lo pois sabia, por experiência própria, de que era muito difícil arranjar emprego, mas não teve alternativa e regressou.

Mais uma vez foi sozinha para o aeroporto de Zurique e no de Lisboa também não tinha ninguém à sua espera. Como lhe dissera um dia um amigo “Há caminhos que têm de ser percorridos sozinhos para que as aprendizagens sejam feitas.” Efetivamente, Marta pode concluir que todas aquelas “privações” que passara ao longo desta sua experiência fizeram com que ela tivesse crescido pessoalmente. Como ela refere “se tivesse ficado em Portugal talvez fossem necessários 10 anos para fazer as aprendizagens a que me propus.”

Após o seu regresso, encontra-se mais uma vez à procura de emprego. O que tinha conquistado no passado - a sua independência - teve de mudar voltando a ter de depender dos pais para poder conseguir sobreviver neste mundo.

Contudo, não perdeu a esperança e a força de vontade e, hoje, continua à procura de um emprego, dentro e fora da sua área de formação. Entretanto, também decidiu voltar a apostar na sua formação e atualmente está a frequentar um curso de medicina tradicional chinesa.

Após todo este seu percurso podemos continuar a ver Marta a percorrer os caminhos da multiculturalidade partindo agora para a descoberta da cultura chinesa.

“Foi uma caminhada dolorosa mas não me arrependo, orgulho-me de não ter parado no tempo e de arriscar na descoberta de uma parte do mundo que rodeia o meu país de origem.”

New World Formula no Perú – Uma viagem no tempo presente...



New World Formula no Perú – Uma viagem no tempo presente...

A PASEC fez deslocar ao Perú, à região de Cuzco, entre os dias 13 e 17 de Maio de 2013 três elementos da sua equipa técnica para apoiar os parceiros locais na implementação do projeto Nova Fórmula Mundial (New World Formula - NWF), apoiado pelo Programa Juventude em Ação da União Europeia.

Esta foi mais uma fase de implementação da Rede de Parceiros “Development Challenge” através da criação dos espaços “Development Action Labs”. Estes espaços estão traduzidos no Perú em grupos informais organizados que têm como objetivos centrais permitir aos jovens experimentar e cimentar as práticas de Democracia Participativa como fator de desenvolvimento a partir de práticas de Educação Não Formal. Ao mesmo tempo são espaços onde é possível refletir as temáticas da Participação, do Combate à Pobreza e Exclusão Social e o Desenvolvimento Sustentável. Ao mesmo tempo estão a ser implementados planos de ação de fomento da Educação para a Cidadania nos meios juvenis desfavorecidos (bairros sociais e zonas rurais desfavorecidas onde o projeto atua).

Na visita ao Perú a equipa técnica da PASEC teve a oportunidade de organizar encontros de trabalho no Centro de Arte Nativa de Cuzco, na Associação de Artesãos e Arte Popular de Cuzco, com os representantes do Município de Cuzco para a área da Educação e Juventude e com estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de Cuzco. Por outro lado, a equipa visitou as zonas de Urubamba e Pisac onde vários projetos humanitários estão a ser implementados.

O; meus olhos e a região de Cuzco

A viagem que fizemos ao Perú, no âmbito da implementação do projeto NWF, mais concretamente a Cuzco, foi um momento marcante para todos os que estiveram envolvidos direta e indiretamente nesta iniciativa. Não foi apenas e tão só marcante porque conhecemos uma realidade totalmente nova, mas foi sobretudo marcante por ver que apesar da enorme distância que separa Famalicão e Cuzco, não são

assim tão diferentes as realidades pessoais e locais vivenciadas, em particular pelos mais jovens.

O panorama social e demográfico de Cuzco em muito relembra a própria situação portuguesa em meados dos anos 50. Com uma estrutura ativa sobretudo agrícola ou mineira (sector primário) e vivendo problemas populacionais como o êxodo rural, muito semelhante ao ocorrido no nosso país, Cuzco vive asfixiada pelo elevado aglomerado populacional que tenta junto do centro mais urbano fugir a uma realidade marcada pela pobreza, muitas vezes de caris extremo, que tende a permanecer, em particular, junto daqueles que não têm a oportunidade de alongar os seus estudos ao nível superior.



Este ciclo inevitável de pobreza, que apenas concede oportunidade aos poucos que têm condições para ver os filhos estudarem muito para além da escolaridade obrigatória, tende a perpetuar uma situação de desigualdade económica onde poucos são muito ricos, e muitos são muito pobres. É certo que esta não é apenas uma realidade do Peru ou Cuzco. Atinge de forma mais ou menos uniforme toda a América Latina, mas a mesma tende a escravizar na pobreza e na miséria o futuro de gerações inteiras.

Apetece perguntar como é que com tanta miséria e pobreza parecem, os povos da América Latina, no qual os habitantes de Cuzco não são excepção, tão felizes, contentes e hospitaleiros?

Com efeito, o que escasseia em rendimento, sobra em amabilidade, companheirismo, simpatia e dedicação. O povo peruano foi sem dúvida um dos mais simpáticos que conheci em toda a minha vida e em todas as minhas viagens. Se é certo que Portugal é um país acolhedor, que dizer dos peruanos, que nos acompanharam por todo o lado e que demonstraram a maior simpatia mesmo nos momentos mais complexos.



Cuzco vive tanto do seu turismo edificado como do seu turismo humanista. Estou certo que parte da capacidade de atração de turistas se prende tanto pela qualidade avassaladora das paisagens, como do humanismo e da simpatia com que vive o e nos recebe o povo peruano. Mas não podemos obviamente dissociar o que faz do Perú e de Cuzco em particular, verdadeiramente únicos no mundo. O império Inca que se estendeu a partir do atual Peru é uma demonstração óbvia da tenacidade e das capacidades daquele povo que outrora foram líderes do mundo tanto em tecnologia, como na educação ou na agricultura.

É na grandiosidade de outrora que reside o sentimento de ser peruano, imbuído nas crianças desde tenra idade. Cuzco, como seguramente o resto do País, possui uma

taxa de população jovem muito grande face á população total. Mais uma das semelhanças que aquele País tem em relação ao nosso em meados dos anos 50.

Com uma população iminentemente jovem, os problemas que afetam aquele país são necessariamente diferentes dos nossos, mesmo em comparação com o período salazarista vivenciado em Portugal. Apesar de toda a pobreza, não é menos verdade que o Peru vive a partir de um sistema democrático bastante sólida, um dos mais consolidadas de toda a América Latina, que vive em paz e com um progresso económico assinalável, mesmo que esse progresso nem sempre se traduza na melhoria das condições de vida das suas populações.

A população que vive feliz nas suas precárias condições preocupa-se, sobretudo, com a vivência do dia-a-dia, sem pensar ou fazer muitos planos para um futuro que sem dúvida desejam melhor. Talvez, tal como nós, sintam que a verdadeira diferença não passa infelizmente pelas suas mãos ou pela capacidade de mobilizar a sociedade para essa mudança.

Tive a oportunidade de observar num dos tantos mercados das zonas periféricas o único protesto visível em todos os dias da nossa jornada. Naquele caso, uma pequena mas ruidosa manifestação de agricultores e comerciantes que protestavam por causa do atraso das obras da nova ponte, dado que a ponte anterior tinha sido destruída nas últimas cheias. Isto provocou uma diminuição significativa do número de turistas que visitavam aquela zona e que compravam as suas recordações ou que comiam naqueles restaurantes abastecidos pelos agricultores locais.

Apesar de tudo, os peruanos são um povo muito pacífico, contrastando com a militarização marcante no povo Inca, que possibilitou a conquista de um império de dimensões consideráveis.

Não pensemos, no entanto, que os peruanos em geral e que os habitantes de Cuzco, em particular, não têm razões de queixa. Sob o ponto de vista europeu e ocidental, é estranho que o povo não chame a si um maior investimento nas suas condições de vida. É certo que mesmo Cuzco é rodeado por montanhas vigorosas, floresta e selva abundante e que a criação e o melhoramento das condições de vida das populações nunca seria fácil. Ainda assim, não posso deixar de pelo menos tentar dar uma imagem real e concreta de como se vive em Cuzco aos olhos de um português.

Cuzco aos olhos de um português

Cuzco é uma cidade imensa. No seu centro histórico, são visíveis muitas construções antigas do império espanhol que, como nos foi dito, eram sobretudo construídas em cima de ruínas de antigos edifícios Incas. À volta desse centro histórico é possível observar a influência espanhola no povo ou não estivéssemos num país de língua oficial espanhola. Os edifícios fazem lembrar velhas cidades como Valência ou Salamanca muito bem preservados na maioria dos casos fazendo bom uso dos edifícios históricos dando-lhes as funções de museus, escolas, edifícios de administração pública ou mesmo universidades. São edifícios históricos preservados pela sua utilização constante.



Neste grande espaço que é o centro, parece momentaneamente, que poderíamos estar num qualquer outro país europeu, com Macdonald's ou Starbucks ao lado das lojas e monumentos mais tradicionais. Aqui não falta água canalizada ou saneamento básico. Ainda assim, as grandes ruas dão lugar a ruelas cada vez mais pequenas. A 200 metros desse centro encontramos com facilidade ruas em terra batida, ausência de saneamento, ausência das mínimas condições de higiene onde

podemos ver uma imagem tendencialmente latina, de crianças sem calças ou sapatos na rua a brincar, homens de idade urinando nas ruas onde os cães abandonados são paisagem constante. A miséria parece alastrar à medida que nos afastamos do centro.

As ruas são polvilhadas de caos, de trânsito caótico, de ofícios tradicionais e de fios telefónicos que cobrem desorganizadamente postes e artérias urbanas completas.

Na mesma rua em pouco mais de 50 metros é possível ver cinco estabelecimentos, se é que lhe podemos atribuir tal designação a garagens ou portões abertos. São negócios de todo o tipo. Alguns, de forma engenhosa, desenvolvem pequenos negócios ligados à chaparia automóvel, outros vendem tudo o que é possível vender, sobretudo artesanato de duvidosa qualidade. É possível encontrar um pouco de tudo por todo lado, numa organização caótica, mas muito bem aceite pelos locais.

Este mosaico estranho parece ter virado atração. Talvez seja um pouco disso que na realidade os turistas querem ver. A miséria parece então ter virado atração. Só isso pode explicar o número elevado de hostels, que mesmo sem serem edifícios totalmente acabados (acabamentos urbanos é coisa que nunca ouviram falar), proliferam por todas as ruas e becos.

Quando me refiro que a cidade é grande... é mesmo grande. Poderia percorrer uma distância que iria do Porto a Famalicão, que iria parecer que não tinha saído da cidade. São quilómetros e quilómetros de casebres, casitas, bairros de lata e favelas que de forma quase pitoresca envolvem as colinas pelas quais Cuzco é rodeado. Podemos ver favelas em todas as direções, bastando para isso levantar um pouco mais a cabeça e olhar para uma qualquer das montanhas que rodeia a cidade. De longe parecem interessantes e até estranhamente bonitas. De perto, a beleza esvazia-se na falta de saneamento, nos esgotos a céu aberto, nos labirintos de escadas desajustadas que parecem infundáveis, na falta de qualquer acabamento para além do tijolo ou no inúmero lixo que os locais recolhem, muitas vezes para venda em reciclagens ou para queimarem como aquecimento das suas habitações feitas de aglomerados de chapa, tijolo e terra.

Por entre estas construções mais ou menos rudimentares, encontramos mercados que variam na sua dimensão e no seu objeto. A esmagadora maioria centra-se na venda de produtos turísticos mais ou menos falsificados onde a lã dos lamas e alpacas é,

muitas vezes, intencionalmente substituída por produtos sintéticos tornando-os mais baratos ao consumidor final. Os produtos originais, sobretudo o vestuário, são de uma magnificência indescritível, de um acabamento perfeccionista e de uma textura única, tão macia como as nuvens que, por vezes, tapam o sol escaldante que marca a temperatura de Cuzco.

Por falar em temperaturas, o dia Cuzco nasce muito cedo, acabando ainda mais cedo. Às 7 da manhã o sol parece marcar 10 horas e o calor, bem como o trânsito, são já muito intensos. Por volta das cinco da tarde começa o frio que, até então, só sentíamos quando uma das nuvens momentaneamente tapava o sol. As sete da tarde já é noite e o frio é tão marcante como o resto da paisagem urbana, salpicada de espaços turísticos, lojas e mercados improvisados.

Outras das situações marcantes são os autocarros não turísticos, utilizados pela população em geral. A lotação máxima de cada autocarro é facilmente multiplicado por 3 em relação ao número de bancos disponíveis. Andam por todo o lado e são as veias que transportam o sangue que é a população que vive quase em exclusivo do turismo e das suas atividades direta ou indiretamente relacionadas.

Vivências que ficam por contar da região de Cuzco

A Viagem a Cuzco não pode ser feita sem a vivência de um conjunto misto de emoções variadas e, por vezes, até confusas. A paisagem de Cuzco e das zonas mais ou menos próximas elevam a magnitude da paisagem a níveis só comparados com as melhores do mundo. As montanhas, a floresta e os restos de selva virgem marcam uma paisagem digna dos melhores postais do mundo, paisagens que as autoridades peruanas sabem vender como ninguém.

A facilidade com que hoje em dia vindos do estrangeiro chegamos a Cuzco (de avião através de Lima é uma hora) contrasta com a dificuldade de acessos que rodeiam a cidade. Estradas esburacadas serpenteiam as colinas. A exceção são as viagens de comboio em direção a Machu Picchu, uma fantástica experiência. É certo que é um investimento para turista ver e apreciar, e que pouco ou nada é utilizado pelos locais, mas as imagens que possibilitam são uma experiência única. É possível olhar para as montanhas, as mais altas que alguma vez vi, daquelas que são precisas duas

fotografias para apanharmos toda a imagem, que no seu pico ainda mostra os vestígios de neve, mas que cá em baixo contrasta com o calor de uma linha férrea junto ao rio.

Muitos são aqueles que querendo vivenciar emoções mais extremas, se aventuram numa jornada a pé, que pode durar até 10 dias para se chegar à povoação mais próxima de Machu Picchu, mas que certamente vale a pena para os espíritos mais aventureiros onde a selva e o rio são únicas companhias, para além de animais que por norma só vemos nos programas da National Geographic.

As emoções da viagem confundem-se quase de forma tresloucada. Ora estamos fartos de uma viagem que leva cerca de 12 horas de avião até Lima, ora simplesmente não queremos sair de uma das ruínas das casas onde o povo inca viveu. As construções Incas, ainda agora envolvidas em mistério quanto à forma como foram construídas, alimentam em nós um sentimento de pequenez e de insignificância que tende a aumentar quando as construções que envolvem pedras de toneladas, estão num topo de uma montanha cuja vista é de cortar a respiração, sobretudo, para quem como eu, sofre de vertigens.

Mas as viagens não podem nunca, na minha opinião, serem dissociadas daqueles cuja missão é guiar os não locais pelas lendas, pela paisagem e pelas construções milenares. Os guias, bem como a população local, são sem dúvida parte de todo o interesse e de todo o fascínio daquela viagem. São eles que nos explicam de forma mais ou menos pessoal toda a história encerrada naquelas construções e nos segredos guardados pela paisagem. A hospitalidade, o companheirismo e amizade com que somos tratados é um dos fatores que levam as pessoas a visitarem ou regressarem ao Peru para viverem experiências, que independentemente da sua natureza, serão sempre únicas, desafiadoras e capazes de nos fazer olhar para os recantos mais escondidos das nossas almas, quase como se de uma jornada espiritual estivéssemos a falar. E se para muitos a viagem obriga a um olhar mais profundo das suas próprias entranhas, para outros trata-se efetivamente de uma descoberta tão pessoal como espiritual. São muitos aqueles que fazem esta viagem de forma peregrina, como se de uma missão religiosa, mas sobretudo espiritual, estivéssemos a abordar. É esta Meca Inca que move milhares de pessoas não só a Cuzco, mas também a Machu Picchu ou ao Vale Sagrado.

Estou certo que a viagem que fiz a Cuzco não valeu apenas só pelo que vi e pelo que senti neste ou naquele momento em particular. A viagem valeu não tão só pelo destino, mas sobretudo pela jornada, feita sempre em boa companhia. Não sei se alguma vez retornarei a ver pessoalmente aquelas imagens ou se alguma vez farei os mesmos percursos. O que sei é que o que vi e senti em Cuzco e em toda a jornada em geral me terá feito uma pessoa diferente, uma pessoa mais humana e compreensiva, um jovem que vê agora relativizada a sua posição num mundo, bem maior que a sua Europa, em que a forma de ver e pensar foi profundamente alterada pela paisagem e pelas pessoas de Cuzco.

O depoimento de Nuno Alexandre Simões (PASEC)

Peru, Política e Associativismo

O Peru encontra-se hoje diante de duas encruzilhadas, com perspectivas ainda incertas quanto aos próximos passos. Trata-se da reestruturação do Estado e de um processo de redemocratização e de redefinição de sua política externa, diante das possibilidades abertas para a cooperação e parcerias internacionais.

Este povo enfrenta novas realidades como o protecionismo industrial e a nacionalização de alguns serviços estratégicos. Posso dizer que o facto de ter vivenciado e estado em contacto com figuras intervenientes nos processos de decisão política me deixou com uma percepção mais alargada da visão dos peruanos acerca da sua participação nas dinâmicas de Democracia Participativa.

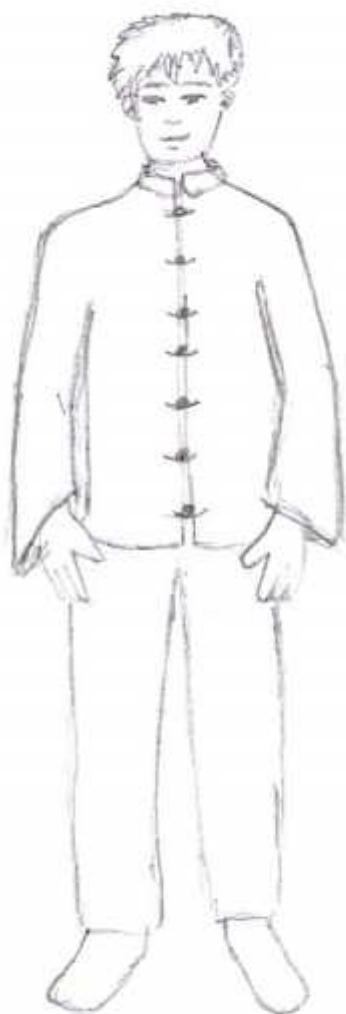
Para os peruanos o cooperativismo e a vida associativa são realidades naturais do seu dia-a-dia. Mais do que isso, são um exercício de concertação vital para a sua sobrevivência através da agregação e concertação de meios, recursos e processos de intervenção. Isto é visível nas cooperativas sociais de cariz cultural ou nas associações de agricultores.

Durante muitos anos o povo do Peru sofreu com a perturbação política no país e estes últimos anos são marcados pela tentativa de restabelecer a ordem democrática e os laços com outros países. Quando percebemos este contexto entendemos porque fomos tão efusivamente recebidos.

A fragilidade das instituições democráticas é ainda uma realidade bem presente, sobretudo, nas pequenas localidades onde são escassos os serviços públicos de proximidade. Mas nota-se o esforço que está a ser feito para abrir a comunidade peruana ao exterior, sobretudo, quando percebemos que aceitam o apoio externo para aprender em vez de se limitarem a posturas assistencialistas de “mão estendida”.

Depoimento Bruna Araújo

Projeto NWF em Macau



Projeto NWF em Macau

Macau – 500 anos ligações interculturais

Macau era conhecida, antes da colonização portuguesa, como Haojing ou Jinghai (“Ostra Espelho” ou “Mar de Espelho” respectivamente). Em português, o seu nome - Macau - teve origem num dos primeiros embarques dos navegadores portugueses.

A história de Macau remonta ainda antes do século XVI, na qual se comprova, através de estudos arqueológicos, que os chineses instalaram-se na Península de Macau entre quatro e dois mil anos antes de Cristo. Em meados deste século, teve início a colonização de Macau com a ocupação de navegadores portugueses que desde cedo conseguiram mobilizar este pequeno território tornando-o numa grande cidade e armazém comercial entre a China, Europa e Japão.



Assim sendo, entre 1553 e 1554 os portugueses instalaram-se na península ilegal e provisoriamente e só em 1557 as autoridades chinesas permitiram que estes se instalassem permanentemente em Macau dando-lhe um elevado grau de auto governação. No entanto, estas autoridades sempre possuíram sentimentos negativos pelos estrangeiros o que os levou a estarem mais atentos aos portugueses e exercerem durante algum tempo funções na administração do entreposto comercial.

A partir de então, Macau passou a ser uma região intermediária no comércio triangular entre a China, o Japão e a Europa, ainda numa época em que as autoridades chinesas não permitiam o comércio direto com o Japão. Este armazém comercial trouxe grandes vantagens para Macau tornando-a numa grande cidade comercial e ajudando-a a atingir o seu apogeu nos finais do século XVI e início do século XVII.

Para além deste entreposto comercial, Macau também desempenhou um papel relevante no Catolicismo, tornando esta religião um importante ponto de partida de missionários católicos para diferentes países do Extremo Oriente, nomeadamente a China. Contudo, esta religião também permitiu o desenvolvimento da formação, uma vez que estes missionários desempenharam um papel fulcral nos intercâmbios culturais, científicos e artísticos entre a China e o Ocidente no que se refere ao desenvolvimento da cultura e da educação em Macau.



Em 1583, foi criada a primeira câmara municipal de Macau – o leal Senado, pelos portugueses que lá residiam. Esta sede foi fundada com o objetivo de proteger o

comércio e estabelecer a ordem e segurança nesta cidade resolvendo os problemas do quotidiano.

Entre 1638 e 1639, o comércio português com o Japão foi interrompido devido às políticas de isolamento levadas a cabo pelo japonês Tokugawa Lemitsu, afetando seriamente o setor económico de Macau.



Assim sendo, desde meados do século XVII, Macau foi perdendo alguns mercados de comércio começando a lidar com algumas problemáticas como a pobreza e miséria. Apesar disso, Macau conseguiu reter a sua importância económica e estratégica enquanto porto europeu na China. Contudo, na Primeira Guerra de Ópio em 1841, essa importância foi reduzida quando Hong Kong se tornou no porto ocidental mais importante da China.

Passados três anos, Macau foi finalmente ingressado na estrutura administrativa ultramarina portuguesa através de um decreto real e os portugueses, durante esse século, passaram a ocupar a parte Norte da Península de Macau (até então ocupada pelos chineses), as ilhas Taipa e de Coloane.

A partir do século XX, o governo de Macau autorizou o Banco Nacional Ultramarino a lançar notas com a designação de patacas, visto quererem criar a sua própria moeda oficial, começando a sair as primeiras notas em 1906-1907.

Entre 1939 e 1945 deu-se a Segunda Guerra Mundial, na qual Portugal não participou formalmente. Deste modo, Macau tornou-se um dos únicos locais do Sudoeste Asiático a permanecer neutro neste confronto mundial. Devido a esta neutralidade na Segunda Guerra Mundial, houve um grande número de refugiados chineses que se abrigaram em Macau fazendo duplicar a sua população durante aquele período. Até então, Macau possuía cerca de 538 mil habitantes, sendo a maioria de etnia chinesa.

Contudo, devido a esta invasão de refugiados, Macau abarcou muitos problemas, nomeadamente, relativos à sobrepopulação e à falta de bens alimentares.

Com a revolução dos cravos em 1974, Portugal iniciou conversações com os movimentos de libertação das colónias portuguesas, nascendo em 1975 novos países africanos de língua portuguesa. Para além disso, o estatuto de Macau redefiniu-se para território Chinês sob a administração portuguesa.

Em pleno século XXI, o novo governo da Região Administrativa Especial de Macau combateu contra o crime organizado pelas tríades com sucesso, contando com o apoio do Governo Central da República Popular da China. Assim, Macau contou com o apoio de tropas chinesas para afirmar a soberania chinesa e apoiar no combate à criminalidade.

O Macau de agora, as primeiras manifestações sociais e o projeto NWF

Em 2001-2002, deu-se uma liberalização parcial no setor do jogo, aliando-se ao relaxamento das restrições de viagem dos residentes da China Continental pelo Governo Central e ao desenvolvimento do turismo de Macau. Devido a esta liberalização Macau sentiu um acelerado crescimento económico como nunca antes tinha sentido. Contudo, apesar deste feliz crescimento, foram surgindo vários problemas sociais, como o problema da inflação galopante, da mão-de-obra ilegal ou do excesso da importação legal de mão-de-obra barata e o alargamento do fosso

entre os ricos e os pobres. Estes problemas sociais fizeram com que começasse a haver vários protestos em Macau, tendo sido o último a 20 de Dezembro de 2007 onde cerca de 1500 a 3500 pessoas saíram à rua para lutarem por um sistema político mais democrático e para a introdução de medidas para a diminuição do fosso entre ricos e pobres. Desta forma, exigiram ao Governo a implementação total do sufrágio universal direto nas eleições para a Assembleia legislativa e para o Chefe do Executivo de Macau.



Devido à existência de vários problemas sociais, importa focar a intervenção da assistência social nas famílias para uma melhor qualidade de vida. Assim, em 2005 foi registado um elevado aumento nas despesas do Governo nos serviços sociais, visto que este pretendia oferecer especial ajuda às famílias monoparentais, aos cidadãos portadores de deficiência, aos doentes crónicos e à população residente com mais de 65 anos de idade criando um subsídio para idosos.

O governo de Macau também criou um regime contributivo de segurança social para proteger os trabalhadores que está sob a responsabilidade do Secretário para a Economia e Finanças. O fundo de segurança social atribui aos trabalhadores vários tipos de apoios como a Reforma pensionária de velhice, a pensão de invalidez, a pensão social, o subsídio de desemprego, de doença, de nascimento, entre outras.

Com isto, em 2005 mais de 158 mil trabalhadores eram empregados por conta de outrem, mais de 12 mil eram trabalhadores de pagamento voluntário de contribuições e mais de 10 mil eram trabalhadores por conta própria.

Atualmente, o crescimento populacional registado em Macau, nomeadamente, da população ativa ou mão-de-obra é suportado maioritariamente pela imigração de pessoas provenientes da China Continental, das Filipinas e de outras partes do mundo, uma vez que a taxa de natalidade registada é uma das mais baixas do mundo, apesar de Macau ser considerado um dos lugares com maior esperança de vida e menor índice de mortalidade infantil.

Em Novembro de 2007, Macau registou cerca de 85 mil trabalhadores não residentes devido ao rápido crescimento económico que levou ao aparecimento de postos de emprego. Assim sendo, a maioria da população ativa trabalha no setor dos jogos, do turismo e da hotelaria. O jogo e o turismo inserem-se no setor terciário, havendo como outras atividades relevantes a indústria têxtil, a produção de fogo de artifício, brinquedos, produtos eletrónicos e flores artificiais, as transações bancárias e a construção civil.

Relativamente ao projeto New World Formula, este foi sobretudo desenvolvido junto de jovens estudantes, alguns descendentes de portugueses, outros com ligações muito fortes à cultura portuguesa. As ações de intervenção empreendidas ocorreram sobretudo nas escolas, pelo que importa perceber a realidade da Educação em Macau.

Aludindo então um pouco acerca da educação em Macau, podemos referir que em 2006 foi registada 93,5% da taxa de alfabetização da população residente com idade igual ou superior a 15 anos. Contudo, verifica-se que os níveis de escolaridade da população de Macau são baixos comparados com as outras regiões e países desenvolvidos. Nesse mesmo ano (2006), apenas 16,4% da população ativa concluiu o ensino superior, o que é uma situação preocupante visto que está a ocorrer um elevado crescimento económico, logo necessitar-se-á de mão-de-obra qualificada e especializada.

Em Macau, a escolaridade obrigatória é aplicada de forma obrigatória e universal para todos. A escolaridade gratuita engloba o jardim-de-infância, o pré-escolar, o ensino primário, o ensino secundário geral e o ensino secundário complementar.

Durante o ano letivo 2005/2006, estavam abertas e em funcionamento 86 escolas, sendo que 13 são públicas, 60 são particulares de escolaridade gratuita e 13 são particulares de escolaridade não gratuita. Estas escolas contavam com mais de 92 mil alunos e 4490 docentes, conjuntamente. No ano letivo 2004/2005, existiam 10 instituições de ensino superior, sendo 4 públicas e 6 particulares.

Foi neste contexto que desenvolvemos a intervenção do NWF, sobretudo na dinamização do tecido associativo juvenil local, muito forte por estas bandas, mas ainda muito influenciado pelo legado que a administração portuguesa deixou.

Seminário New World Formula – Propostas de um Governo Sombra



Seminário New World Formula – Propostas de um Governo Sombra

“Se nos acusam enquanto jovens de inércia e falta de participação cabe-nos a nós mostrar o contrário. Mas para isso precisamos de mais poder de decisão.” Esta foi uma das ideias de força do Seminário New World Formula promovido pela PASEC e parceiros internacionais e repetido nos vários encontros com os decisores políticos que intervieram no certame.

Ente os dias 4 e 10 de Agosto, dezenas de jovens de vários países onde decorre o Projeto Nova Formula Mundial, apoiado pelo Programa Juventude em Ação da União Europeia e coordenado pela PASEC, discutiram o papel dos jovens nas suas comunidades locais tendo como ponto de partida a promoção de um futuro onde a Democracia Participativa e o Desenvolvimento Sustentável são desígnios comuns.



Os primeiros dias tiveram lugar em Famalicão com encontros com grupos locais da PASEC com os quais está e esteve a ser desenvolvido o projeto. Durante os dias 4 e 5

foram organizados várias sessões de trabalho, uma tarde de Turismo Todo o Terreno com o apoio do Clube Aventura de Famalicão e uma Noite Intercultural com folclore e gastronomia portuguesa.

O dia 6 foi passado em Vila Nova de Gaia e Esposende com várias sessões públicas e simulação de um Governo-Sombra em Bairro Social com o tema “Jovens Democracia e Desenvolvimento Sustentável”. O dia terminou na Apúlia com uma noite de fogueira acompanhada com música de intervenção portuguesa. O dia 7 foi um dia dedicado à reflexão

O dia 8 pela manhã começou com uma sessão pública na Câmara Municipal de Guimarães com a presença do Presidente da Câmara a que se seguiu um Raid Cultural a várias freguesias rurais de Guimarães que culminou com uma sessão com alguns Presidentes de Juntas de Freguesia Locais. O dia 8 terminou em Famalicão na Escola ID.EIAS (Escola Integral de Animação Sociocultural) da PASEC com uma noite de Fado que contou com a presença do Vereador da Juventude da Câmara Municipal de Famalicão, Dr. Mário Passos. Nos últimos dias foram apresentados os resultados do plano de ação do Seminário em forma de espetáculo com o recurso a encenações preparadas pelos participantes.

Como conclusões foram determinadas quatro áreas de atuação concretas que se traduziram na proposta novos planos de intervenção diferentes: um dedicado à articulação e expansão de uma rede nacional de grupos informais de crianças como forma de promover o protagonismo infantil; outro dedicado à formação de dirigentes associativos juvenis como forma de melhorar o desempenho dos decisores de organismos dedicados à intervenção cívica jovem; um outro dedicado à articulação de recursos entre associações juvenis de modo a rentabilizar recursos e otimizar planos de ação aumentando o impacto da ação das organizações juvenis envolvidas no projeto; e outro ainda dedicado à expansão da rede informal de grupos juvenis já existente.

Conclusões Seminário New Word Formula

Como foram organizados os momentos de debate e reflexão

Antes de tudo os participantes foram divididos em 4 grupos de trabalho.

Os trabalhos de reflexão que deram forma ao Seminário dividiram-se em três momentos diferentes. O primeiro momento foi sobre os novos caminhos que cada um de nós trilhou independentemente da sua proveniência, nacionalidade ou contexto social. Este momento dividiu-se em três fases:

- A primeira fase sobre os lugares e experiências que nos marcaram para chegar onde chegamos
- A segunda fase sobre os caminhos que ajudamos outros a fazer
- A terceira fase sobre os caminhos que tínhamos a certeza que iríamos percorrer



O segundo momento de reflexão assentou numa reflexão que teve por base as várias experiências locais do projeto NWF. Cada grupo refletiu sobre a realidade da sua

comunidade a partir do modelo SWOT. Foram abordadas as forças e capacidades de cada comunidade bem como as fontes de oportunidades que cada uma proporcionava. Por fim, foram tidas em conta as ameaças e fraquezas que assolavam cada comunidade e como isso determinava negativamente o dia-a-dia dos seus cidadãos.

O terceiro momento de reflexão passou pela discussão sobre as formas como cada um já participou nas decisões da sua comunidade. Terminou com propostas concretas para problemas concretos de cada uma das comunidades juvenis presentes no Seminário.

Conclusões do primeiro momento de reflexão – Os novos caminhos...

Durante esta reflexão foram estes os principais pontos a destacar:

- Os caminhos que nos fazem são mais que momentos, são linhas decalcadas num destino cruzado por todos e em todos os momentos.
- Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo e esquecer os nossos caminhos que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.



- Acabamos mesmo por tentar nunca andar pelo caminho que traçamos, pois ele apenas nos conduz até onde os outros já foram.
- Uma coisa é acharmos que estamos no caminho certo, outra é acharmos que o nosso caminho é o único. Nunca podemos julgar a vida e o caminho dos outros porque cada um sabe da sua própria dor e renúncia...
- As religiões são caminhos diferentes que convergem para o mesmo propósito. Que importância tem seguirmos por caminhos diferentes, desde que alcancemos o mesmo objetivo?

- Por muito que fuçamos ao inevitável entre cem caminhos temos que escolher algum e viver com a nostalgia dos outros noventa e nove.
- Não são poucas as vezes que esbarramos com o nosso destino pelos caminhos que escolhemos para fugir dele.
- Quando achamos que encontramos o nosso caminho precisamos de ter a coragem para dar passos errados. As deceções, as derrotas, o desânimo são ferramentas valiosas para compreendermos melhor a estrada que se segue.
- É errado pensarmos que existem caminhos absurdos para a felicidade. Não existem caminhos absurdos, apenas caminhos diferentes. Há quem seja feliz sem coisa nenhuma, enquanto outros são infelizes possuindo tudo.
- Cobarde é aquele que não abre novos caminhos, nem utiliza o seu engenho para enfrentar os obstáculos.
- Não existe céu sem tempestades, nem caminhos sem acidentes.
- Eu achava que nós seguíamos caminhos já feitos, mas agora acredito que não os há. Os nossos passos fazem o caminho".

- "Existem, durante nossa vida, sempre dois caminhos a seguir: aquele que todos seguem e aquele que a nossa imaginação nos leva a seguir. O primeiro pode ser mais seguro, o mais confiável, o menos crítico, o qual em que encontramos mais amigos ... mas acabarás por ser apenas mais um a caminhar. O segundo, com certeza vai ser o mais difícil, mais solitário, o que te trará maiores críticas, mas também, o mais criativo, o mais original possível. Não importa o que és, quem desejas ser, a ousadia de ser diferente reflete-se na tua personalidade, no teu carácter, naquilo que és. E é assim que as pessoas se lembrarão de ti um dia."

Citação de Ayrton Senna

- Há três caminhos para o fracasso: não ensinar o que se sabe, não praticar o que se ensina, e não perguntar o que se ignora.

- “(...) No decorrer da viagem, Alice encontra muitos caminhos que seguiam em várias direções. Em dado momento, ela perguntou a um gato sentado numa árvore:

- Podes dizer-me, por favor, que caminho devo seguir para sair daqui?

- Isso depende muito de para onde queres ir - respondeu o gato.

- Eu não sei.

O gato, então, respondeu sabiamente:

- Sendo assim, qualquer caminho serve.”

Citação de um livro de Lewis Carroll

- Vais chegar ao dia que vais ter dois caminhos a percorrer. Eu escolhi o menos percorrido, e isso fez toda a diferença.

- Em relação a este ponto, foi unânime que, por vezes, a maior dificuldade é perceber verdadeiramente os caminhos que traçamos e que de algum modo fizeram de nós aquilo que somos hoje.

- Para muitos de nós, os caminhos que traçamos até agora e os ciclos de vida que percorremos, fechados ou abertos, são ainda uma pequena amostra daquilo que está para vir. É então mais aquilo que nos espera, do que aquilo que nos preparou e fez chegar até aqui.

- Os caminhos que nos trazem onde estamos são tão diferentes e diferenciados como as pessoas que os percorreram. No entanto, todos têm algo em comum: o estar hoje aqui em grupo foi uma escolha nossa

- Aqueles que contribuíram para a criação de um grupo juvenil e para a sua história deram um enorme contributo para a caminhada dos que com eles percorreram essa lenda. No percurso um de nós foi o dínamo do dia-a-dia de caminhada, o super-herói das horas vazias, a ponte que não nos deixou cair nos rios mais fraticidas, esse um de nós era o “animador”.

Conclusões do segundo momento de reflexão – As nossas comunidades...

As conclusões a que os grupos chegaram centram-se nas seguintes ideias:

- A nossa comunidade começa inicialmente na nossa própria família, seja a família tradicional, seja pela criação da nossa própria família. Ainda assim, a nossa comunidade começa sempre na nossa própria casa, mas é mutável, ou seja, ao longo das nossas vidas as nossas comunidades também vão mudando. Hoje são a localidade onde moramos, amanhã a nossa comunidade estará mais relacionada com o local onde estudamos ou onde finalmente assentamos. Deste modo, temos a perfeita noção que já tivemos e vamos ter várias comunidades. Mas o sentido e sentimento de comunidade passa igualmente pelos sítios onde nos sentimos bem, onde temos os nossos amigos e onde partilhamos vivências comuns.



- A comunidade não é apenas um espaço físico ou humano. É igualmente um contexto, um conjunto de vivências e de realidades, um conjunto de sentimentos e partilhas comuns a outros. A nossa comunidade são os nossos amigos, mas são também as localidades onde decidimos intervir mesmo quando o sentimento que temos pela nossa comunidade não é o melhor. Por vezes, falta a comunicação, um

melhor entendimento. Por vezes, existe inveja, maldade e um sentimento de invisibilidade e até de insegurança.

Por vezes, somos ainda nós que vivemos um pouco ausentes da nossa própria comunidade, que não fazemos um esforço para vivenciar uma plena e verdadeira integração. Gostamos, ainda assim, de trabalhar para e em comunidade seja na nossa vizinhança, na nossa freguesia ou nas nossas comunidades associativas. A comunidade é algo que depende de nós, que precisa do nosso envolvimento, mas é igualmente o meio que nos suporta e nos dá atenção.

- A participação nas decisões da comunidade pode ser feita de várias formas, desde logo, começando pelo exercício do direito e dever de voto. Passa igualmente pelas opiniões e decisões que temos nas nossas instituições, passa pela vontade de criar algo e trabalhar nesse sentido, passa por fazer a diferença nas nossas escolhas.

Contudo, sentimos que, por vezes, a nossa capacidade de participar e de ter um efeito concreto na nossa comunidade é muito reduzido, sentimos que não temos de facto um grande peso na participação ativa nas decisões que afetam a vivência comunitária.

- Onde de facto sentimos que participamos ativamente é nas comunidades mais pequenas, nos grupos, nas associações e nas localidades. Mais do que isso, a nossa força dilui-se. Participamos ainda nas decisões da comunidade indiretamente ao influenciar quem tem poder de decisão quando nós não o temos. Concluímos igualmente que o facto de termos pouco peso nas decisões da comunidade é igualmente uma responsabilidade nossa.

- Ninguém é uma ilha para viver e decidir a própria vida de forma isolada. Além das exigências pessoais temos também as comunitárias e as sociais e que, pelo facto dessas exigências se entrelaçarem, fica evidente que não é possível cada um de nós se querer fechar em nenhuma delas. Por isso, “a vida em comunidade é o espaço de alimentação que nos fortalece tanto ao nível pessoal como social.”

- É fácil constatar que em muitas comunidades a intervenção cívica e social acontece de forma solitária, desorientada e incoerente. Aproveitar o potencial inato de cada um alinhado com as capacidades e recursos reais do meio podemos dar vida a

projetos globais e integradores, geradores de riqueza social na nossa comunidade de pertença.

- O potencial de uma comunidade reside na valorização das pessoas dessa mesma comunidade. Cada um é único, precioso e insubstituível na sua originalidade. É percebendo as múltiplas riquezas de cada um que começamos a valorizar a magnitude que há no relacionamento humano, a riqueza da diversidade e o potencial adormecido do meio que nos envolve.

- Dar corpo à ação comunitária é dar forma ao verdadeiro planeamento participativo, uma escola que educa a comunidade para a ação orgânica e concertada. Pode dar mais trabalho no início, mas é um caminho que no futuro nos fará colher mais frutos.

Conclusão do terceiro momento de reflexão – Respostas para as nossas comunidades...

Falando nós em soluções concretas que promovam o desenvolvimento comunitário assente na participação de todos os atores sociais, nomeadamente os jovens, estamos a falar do associativismo, do juvenil ao mais militante.

Estamos a falar das estruturas associativas que se constituíram, ao longo do tempo, como grandes obreiras da democracia em Portugal, na Europa, na América Latina e um pouco por todo o mundo. São as associações que, possivelmente, mais constroem iniciativas de participação social. Elas que, de norte a sul do país, povoam as aldeias, as vilas e as cidades, formando os cidadãos numa perspetiva não formal ou informal tendo como meta o desenvolvimento local.

Na realidade, a evolução das associações nos países que integraram o NWF esteve sempre ligada a dois fatores importantes: alterações sociais e económicas e o desejo das populações em alcançar a democracia.

As primeiras associações aparecem ligadas às ideias liberais de participação e democracia. Apesar disso, nunca ficaram bem definidos os campos de intervenção. Essa clarificação foi sendo feita muito lentamente e só mais tarde é que se foram diferenciando e surgiram as associações musicais, cooperativas, estudantis, clubes desportivos, etc..

Falando um pouco de Portugal como exemplo. Em 1910, aquando da instauração da República, dá-se um crescendo em termos associativos, definindo-se, claramente, dois novos tipos de associações aglutinadoras em relação aos ideais: as associações religiosas e as políticas.

O grande incremento das associações cívicas dá-se apenas após a Segunda Grande Guerra Mundial.

O 25 de Abril de 1974 constitui-se como a data referência para a instauração da Democracia em Portugal e, por isso, criam-se novas associações direcionadas para os problemas reais das pessoas, numa perspetiva de desenvolvimento. As áreas mais abrangidas foram a habitação, a saúde e o ambiente, entre outras.

Citando Norbeck, este acentuava que as associações “constituem uma importante fonte de inspiração e campo fértil para fazer crescer a democracia. (...) Nenhuma instituição, na sociedade portuguesa, dá maiores esperanças no que respeita à formação de um novo tipo de educadores e um novo tipo de educação. Só elas têm oportunidade única de radicarem as bases da indispensável educação para o desenvolvimento...”. (Norbeck, J., 1982: 7, 8)

De lá para cá tudo, ou quase tudo mudou, e nessa lógica também o associativismo tem de se atualizar como resposta concertada aos desafios do Desenvolvimento Sustentável, Democracia Participativa e Inclusão dos mais desfavorecidos.

Na reflexão que empreendemos defendemos que as sociedades modernas exigem um tipo de associativismo diferente do tradicional. As relações interpessoais terão de abandonar, obrigatoriamente, o modelo vertical optando pelo horizontal, onde as distâncias entre elementos e dirigentes sejam diluídas possibilitando que a decisão tomada não seja propriedade de uma minoria de pessoas “iluminadas” que surdamente ignoram a participação e intervenção dos restantes elementos do grupo. Dividem-se tarefas, mas, ao mesmo tempo, reconhecem-se direitos. Estes serão cada vez mais praticados quanto maior for a sua consciencialização que vem da formação e participação dos seus elementos. Nenhuma associação pode transformar-se numa ilha isolada que vive na mas não com a sociedade. Em consequência dessa vivência com a sociedade, terá, forçosamente, de estabelecer respostas às exigências e interesses individuais que compõem o coletivo comunitário.

Reconhecida que está a força catalisadora de uma estrutura associativa, torna-se evidente que tem de haver uma ação direcionada, que revitalize, oriente, reestruture, consciencialize e provoque todos os seus elementos.

Este processo direcionado tem a ver com a iniciativa intencional que visa atingir determinadas metas através de uma ação continuada e coerente. É através da credibilidade que estes projetos provocam que conseguimos abranger mais pessoas, fazer com que as pessoas se impliquem cada vez mais e que conseguimos, por fim, obter apoios das instituições transformadas em recursos.

É através desta participação das pessoas nos projetos democráticos, nascidos das suas necessidades, enquanto seres individuais e comunitários, e da capacidade de todos neles intervirem que se eleva a sua auto estima, porque foram capazes de fazerem a

diferença. São eles que levam ao melhoramento da sua qualidade de vida, porque intervieram no âmbito das suas necessidades. Foram ainda eles que os levaram à capacidade argumentativa junto das estâncias do poder, porque a união faz a força.

A democracia e o desenvolvimento como processos participativos humanizados



A democracia e o desenvolvimento como processos participativos humanizados

Fernando Ilídio Ferreira - Instituto de Educação Universidade do Minho

A atual crise económica e social está a criar problemas dramáticos na vida de muitas pessoas, sobretudo relacionados com o desemprego, a pobreza, a exclusão social, as novas formas de exploração pela via do trabalho precário, etc. Nestas circunstâncias, os jovens são um grupo especialmente afetado, pois vêm goradas as expectativas de entrarem no mundo do trabalho e de terem uma vida autónoma, apesar das elevadas qualificações que possuem em comparação com as da geração precedente. Este cenário parece catastrófico, mas a resignação não é a solução. A crise é fruto de opções políticas e económicas e, como tal, foi provocada por pessoas, decisões e opções concretas. Ao longo das últimas décadas, foram feitas determinadas opções, mas poderiam ter sido percorridos caminhos diferentes. E as opções que estão a ser feitas hoje são umas mas poderão ser outras. Ou seja, importa refletir sobre o modelo de desenvolvimento que conduziu a esta crise, submetê-lo a um questionamento crítico e encontrar alternativas que garantam mais justiça social e uma vida digna para todos.

Pensar a democracia e o desenvolvimento como cidadãos e não como meros consumidores

O atual modelo de desenvolvimento foi-se consolidando ao longo dos dois últimos séculos, mas nas últimas décadas tornou-se refém da vertente financeira e, ao basear-se obsessivamente na competição e no lucro, parece ter perdido a dimensão humana que lhe dá sentido. A própria democracia tem vindo a ficar fragilizada pelas consequências deste modelo de desenvolvimento que acentua as desigualdades e conduz a situações de exclusão e de pobreza extremas. Por isso, é hoje extremamente importante refletirmos sobre os temas da democracia e do desenvolvimento e a relação que se estabelece entre ambos. Que significam estes conceitos? Qual o papel dos jovens na revitalização da democracia e na construção de rumos alternativos de desenvolvimento associados a novos estilos de vida?

Uma dificuldade com que nos deparamos quando refletimos sobre estas questões tem a ver, desde logo, com o desgaste a que os conceitos têm estado sujeitos por discursos políticos, mediáticos e outros. Como podemos refletir sobre o papel dos jovens na promoção e produção da democracia e do desenvolvimento sem ficarmos presos a discursos oficiais que os banalizam? Na realidade, temos vindo a assumir mais um papel de consumidores passivos e acríticos destes discursos – sentados no sofá, a ver televisão ou a navegar no vasto caudal de informação da Internet – do que um papel ativo e consciente de que estamos a ser afetados por problemas que não nos são alheios; são problemas que nos dizem diretamente respeito enquanto cidadãos, porque na sociedade somos atores sociais e não meros consumidores.

Somos o que conhecemos: a democracia como experiência de cidadania

Na atual sociedade, designada da informação e do conhecimento, parece que estamos a tornar-nos sobretudo recetores de informação, sobre variados assuntos



relacionados com a democracia e o desenvolvimento, e não tanto atores de processos endógenos de desenvolvimento e de (con)vivência democrática. Estes têm lugar em contextos concretos – familiares, escolares, comunitários, associativos, de grupos informais, de trabalho, etc. – e decorrem da nossa experiência quotidiana de participação social. A democracia e o desenvolvimento constroem-se nos dinamismos

quotidianos de grupos e comunidades que cooperam em torno de valores, objetivos e interesses comuns, dando expressão concreta aos princípios da participação e da solidariedade.

Sem dúvida que o acesso à informação é hoje muito mais fácil e rápido do que o era há algumas décadas e é inegável, também, que isso constitui um progresso tecnológico e social assinalável. Porém, devemos interrogar-nos sobre se a quantidade de informação disponível está a contribuir para o nosso desenvolvimento pessoal, social, cultural e ambiental, em suma, se está a tornar-nos mais humanos. Uma coisa é a informação a que acedemos facilmente, outra, bem diferente, é o conhecimento que conseguimos construir a partir dela. Enquanto a informação pode tocar-nos apenas superficialmente, o conhecimento é fruto de uma apropriação mais profunda e pessoal da informação, envolvendo sempre a razão e a emoção.



De uma forma simples, poderíamos dizer que a informação é algo que está fora de nós, enquanto o conhecimento corresponde ao que está dentro de nós e forma a nossa personalidade. A informação está acessível para todos e tende a uniformizar o modo como pensamos, os estilos de vida, os hábitos de consumo, etc. Mas o conhecimento é o que nos torna diferentes, singulares, únicos. Somos aquilo que conhecemos. E conhecemos aquilo que vivenciamos, seja no plano intelectual, seja nos

planos social, afetivo, emocional, estético, etc. Por isso, a democracia tem vindo a sofrer uma erosão na sua essência. Diariamente, vemos, ouvimos e lemos muitas notícias que usam abundantemente a palavra democracia, mas trata-se essencialmente de informação que invade e, por vezes, até assedia as nossas vidas. A democracia como experiência de cidadania implica a participação ativa em processos que contribuam para o bem-estar individual e coletivo, para um desenvolvimento económico e social que seja sustentável para o Homem e a Natureza.

Civilização e barbárie: o desenvolvimento não é um processo linear

Ao contrário do que se pensava até há algumas décadas, o desenvolvimento não corresponde a uma linha reta ascendente de progresso social. Não é necessário recuarmos muito no tempo para percebermos isso. Basta olharmos para o século XX e percebemos que o desenvolvimento é um processo sinuoso, feito de avanços e recuos, em termos do que se considera um desenvolvimento sustentável, justo e duradouro. O século XX foi palco de duas guerras mundiais e de muitas atrocidades, o que mostra que o progresso e a civilização não são lineares. Aprendemos pouco com o passado. Com a sua inteligência, o ser humano é capaz do melhor e do pior. É capaz de pensar e fazer grandes obras e realizações, materiais e imateriais, mas a sua arrogância e avidez também o tornam frequentemente mesquinho e destruidor. A História ensina-nos muito, mas aprendemos pouco com ela. Na realidade, em cada tempo histórico, pensa-se que se sabe mais do que os antecessores. E parece que se está sempre a começar tudo de novo, fazendo tábua rasa de um conhecimento histórico que é fruto da experiência humana acumulada.

Esta forma de arrogância é simultaneamente uma expressão de ignorância. Na realidade temos muita informação que não transformámos em conhecimento. Ignoramos o saber de civilizações e culturas que se formaram, e várias ainda hoje vivem, com base num profundo respeito pela Terra, pela Natureza e pelo Universo, conscientes de que o ser humano é parte dele e que a destruição de recursos e da biodiversidade conduz à sua própria destruição. Sabemos da existência de civilizações, culturas e estilos de vida cujas âncoras são a meditação, a contemplação, o gosto pelo belo; no entanto, o modelo de desenvolvimento ocidental tem

considerado essas formas de vida atrasadas, impondo-lhes um padrão considerado mais evoluído, mas que reduz o desenvolvimento ao crescimento económico. Daí a utilização de expressões como subdesenvolvido, estágio de desenvolvimento, etc., que expressam uma hierarquização de níveis de desenvolvimento em função de critérios economicistas do modelo de desenvolvimento ocidental. Trata-se de uma nova forma de colonização, pela via da tecnologia, do consumo, etc., que tem como consequência tornar o ser humano menos contemplativo e mais predatório em termos sociais e ambientais.



Em suma, no ocidente, e cada vez mais à escala mundial, o desenvolvimento tem sido encarado, sobretudo, na sua dimensão económica, assentando esta mais nos mercados financeiros globais e menos em economias locais solidárias. Por outro lado, os governos e os governantes parecem ter abdicado do seu papel político – ou seja, de quem pensa e age em função do bem comum, procurando contribuir para a defesa e a promoção da justiça, da igualdade, da solidariedade e dos Direitos Humanos, de uma maneira geral – tornando-se meros contabilistas escudados em números cegos face ao drama humano em que vive cada família e cada pessoa concreta.

Sabemos disso e, contudo, pouco fazemos para transformar esta situação paradoxal: atingimos um estágio civilizacional avançado, mas com tantos sinais de barbárie à nossa volta. Isto interroga-nos sobre o próprio conceito de desenvolvimento. Este foi perdendo, por um lado, a sua dimensão humanista, orientada para a promoção social e cultural e, por outro, acentuando a vertente da exploração, quer de recursos naturais, quer de pessoas, consideradas estas também recursos que podem ser explorados. O trabalho, que era e é um direito de todos e a base da coesão social e da realização pessoal, transformou-se num mecanismo de exclusão, pela via do desemprego e da precariedade, tratando as pessoas como algo descartável. O desenvolvimento, que é na sua essência humano e sustentável, torna-se assim desumano e insustentável para uma grande parte da população.

Democracia e desenvolvimento: a consciência de que outro mundo é possível

A democracia e o desenvolvimento constituem processos participados, numa perspetiva de inclusão social. Não há desenvolvimento sem trabalho que assegure a todos uma vida digna. E o mesmo se pode dizer em relação à própria democracia. Pode haver democracia sem desenvolvimento? Pode haver desenvolvimento sem democracia? A democracia e o desenvolvimento sustentável estão intimamente ligados, mas para que esta relação adquira um renovado sentido, é necessário que a política e a economia recuperem a sua essência mais nobre: a política através do reforço da democracia e a economia através da sua humanização.

A democracia não diz respeito apenas aos partidos e aos governantes; a cidadania é a condição da sua revitalização e, como tal, diz respeito a todos e a cada um. É suficiente uma democracia representativa? E a participação resume-se ao ato de votar? Sabemos que a democracia é muito mais do que isso, mas não fazemos muito para alterar esta realidade. Não nos temos mobilizado em ações concretas para dar corpo e expressão a formas de democracia participativa, deliberativa, comunicativa, à escala local e em redes de colaboração em diversas escalas: nacional, europeia, global. Lamentamos a situação em que nos encontramos, mas trata-se frequentemente de uma atitude individual resignada e não tanto de uma

mobilização coletiva caracterizada quer pela indignação e o protesto quer pela enunciação de alternativas.

Como passar de uma consciência solitária para uma consciência solidária em relação aos problemas e aos caminhos que podem ser trilhados? É no seio de grupos de jovens e, de um modo geral, através de formas associativas e cooperativas e de movimentos sociais que se vislumbram alguns sinais de transformação. A PASEC é, a este respeito, um bom exemplo. Os jovens que integram esta plataforma não têm ficado paralisados pelo sentimento de inevitabilidade que paira no ar como efeito material e psicológico da crise. Ao assumirem o desenvolvimento sustentável e a democracia participativa como eixos do seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento em rede com os seus múltiplos parceiros, locais, nacionais e internacionais, a democracia e o desenvolvimento são incorporados na experiência humana individual e grupal e é nesta que germina a convicção de que “outro mundo é possível”.

Bibliografia

Bridges, D. (coord) (1997), *Education, Autonomy and Democratic Citizenship – Philosophy in a changing world*, Routledge, Londres.

Costa, Abraão (2008), *Animação SocioCultural e Protagogismo Juvenil*, PASEC – Plataforma de Animadores SocioEducativos e Culturais, Vila Nova de Famalicão.

Ferreira, Vítor Sérgio (Coord.), (2006) *A CONDIÇÃO JUVENIL PORTUGUESA NA VIRAGEM DO MILÉNIO - Um retrato longitudinal através de fontes estatísticas oficiais: 1990-2005*, Secretaria de Estado da Juventude, em colaboração com Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Luchmann, Lígia Helena Hahn. *Possibilidades e limites da democracia deliberativa: a experiência do orçamento participativo de Porto Alegre* | Lígia Helena Hahn Luchmann. Campinas, SP: (s. n.), 2002. Orientador: Rachel Meneguello. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Morgan G. (1986), *Images of Organization*, Londres, Sage

Nogueira, A.J. (1994), *Da Educação Permanente à escola e «Roda da Vida»*, Braga, Universidade do Minho (polic.)

Sachs, I. (2000), *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*, Editora Garamond Ltda., Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Rio de Janeiro

Vários (1996), *Educação e Formação ao longo da Vida*, Lisboa, Coleção Inovação, volume 9 nº3 do Ministério da Educação, Instituto de Inovação Educacional

Veiga, José Eli de (2008), *Desenvolvimento Sustentável: desafio do século XXI*, 3ª Edição, Editora Garamond Ltda, Rio de Janeiro

